

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	39
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	97
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	104
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	106
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	107
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	431.239
Preferenciais	0
Total	431.239
Em Tesouraria	
Ordinárias	2.543
Preferenciais	0
Total	2.543

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	3.256.510	3.176.868
1.01	Ativo Circulante	1.221.161	1.170.059
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	13.659	27.929
1.01.02	Aplicações Financeiras	296.239	138.078
1.01.03	Contas a Receber	425.978	535.309
1.01.04	Estoques	246.741	217.906
1.01.06	Tributos a Recuperar	66.777	69.417
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	171.767	181.420
1.01.08.03	Outros	171.767	181.420
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	31.590	37.908
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	21.753	28.184
1.01.08.03.03	Outros créditos	118.424	115.328
1.02	Ativo Não Circulante	2.035.349	2.006.809
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	362.868	341.944
1.02.01.06	Tributos Diferidos	92.258	80.145
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	92.258	80.145
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	270.610	261.799
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	254.958	244.938
1.02.01.09.04	Impostos a recuperar	12.152	12.299
1.02.01.09.05	Outros ativos não circulantes	3.500	4.562
1.02.02	Investimentos	1.261.864	1.253.721
1.02.02.01	Participações Societárias	1.261.864	1.253.721
1.02.03	Imobilizado	330.047	332.215
1.02.04	Intangível	80.570	78.929

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	3.256.510	3.176.868
2.01	Passivo Circulante	1.291.120	890.702
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	61.067	58.551
2.01.02	Fornecedores	147.214	183.317
2.01.03	Obrigações Fiscais	219.164	260.027
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	27.451	66.424
2.01.05	Outras Obrigações	836.224	322.383
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	307.859	293.024
2.01.05.02	Outros	528.365	29.359
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	491.168	217
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	37.197	29.142
2.02	Passivo Não Circulante	1.037.286	1.035.922
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	841.234	852.549
2.02.02	Outras Obrigações	107.982	97.955
2.02.02.02	Outros	107.982	97.955
2.02.02.02.03	Obrigações tributárias	107.982	97.955
2.02.04	Provisões	88.070	85.418
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	50.152	49.600
2.02.04.02	Outras Provisões	37.918	35.818
2.03	Patrimônio Líquido	928.104	1.250.244
2.03.01	Capital Social Realizado	427.073	427.073
2.03.02	Reservas de Capital	70.891	57.464
2.03.04	Reservas de Lucros	448.618	783.342
2.03.04.01	Reserva Legal	18.650	18.650
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	429.968	273.807
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	490.885
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-18.478	-17.635

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.306.007	1.227.264
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-508.632	-514.836
3.03	Resultado Bruto	797.375	712.428
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-568.684	-493.693
3.04.01	Despesas com Vendas	-360.669	-331.061
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-209.518	-180.344
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-205.540	-177.122
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-3.978	-3.222
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	989	11.177
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	514	6.535
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	228.691	218.735
3.06	Resultado Financeiro	-14.256	-10.120
3.06.01	Receitas Financeiras	26.991	16.690
3.06.02	Despesas Financeiras	-41.247	-26.810
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	214.435	208.615
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-62.946	-58.098
3.08.01	Corrente	-75.060	-69.374
3.08.02	Diferido	12.114	11.276
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	151.489	150.517
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	151.489	150.517
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,35370	0,34930
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,35280	0,34790

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	151.489	150.517
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-843	-2.641
4.03	Resultado Abrangente do Período	150.646	147.876

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	207.398	134.421
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	235.618	200.300
6.01.01.01	Lucro líquido do período	151.489	150.517
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	13.984	5.150
6.01.01.03	Provisão decorrente dos contratos de operações com derivativos "swap" e "forward"	6.431	5.723
6.01.01.04	Provisões (Reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.964	-713
6.01.01.05	Atualização monetária de depósitos judiciais	-4.174	-6.053
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social	62.946	58.098
6.01.01.07	Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e intangível	2.115	-434
6.01.01.08	Resultado de equivalência patrimonial	-514	-6.535
6.01.01.09	Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	519	5.993
6.01.01.10	Variação cambial sobre outros ativos e passivos	296	0
6.01.01.11	Despesas com planos de outorga de opções de compra de ações	1.685	876
6.01.01.12	Provisão (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	2.938	-1.380
6.01.01.13	Provisão (Reversão) para perdas nos estoques	-6.161	728
6.01.01.14	Provisão com plano de assistência médica e créditos carbono	2.100	217
6.01.01.15	Reconhecimento de crédito tributário de processo judicial	0	-11.887
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	77.319	17.040
6.01.02.01	(aumento)/redução - Contas a receber	106.393	126.314
6.01.02.02	(aumento)/redução - Estoques	-22.674	-48.267
6.01.02.03	(aumento)/redução - Imp. a Recuperar	2.787	228
6.01.02.04	(aumento)/redução - Outros ativos	-2.816	-17.356
6.01.02.05	aumento/(redução) - Fornecedores	-36.663	-8.359
6.01.02.06	aumento/(redução) - Salários	2.516	-15.580
6.01.02.07	aumento/(redução) - Obrig. Tributárias	6.034	-4.105
6.01.02.08	aumento/(redução) - Outros passivos	23.154	-15.573
6.01.02.09	aumento/(redução) - Prov. Conting.	-1.412	-262
6.01.03	Outros	-105.539	-82.919
6.01.03.01	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-99.816	-78.602
6.01.03.02	Pagamentos de recursos por liquidação de operações com derivativos	-5.067	-3.349
6.01.03.03	Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	-656	-968
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-26.790	-73.478
6.02.01	Adições de imobilizado e intangível	-14.889	-6.664
6.02.02	Recebimento pela venda de ativo imobilizado e intangível	683	542
6.02.03	Levantamento (pagamento) de depósitos judiciais	-5.846	-10.142
6.02.04	Aumento de capital em controladas	-6.738	-57.214
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-36.717	133.050
6.03.01	Amortização de empréstimos e financiamentos - principal	-52.168	-50.747
6.03.02	Captações de empréstimos e financiamentos	705	180.000
6.03.03	Utilização de ações em tesouraria pelo exercício de opções de compra de ações	14.746	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.03.04	Aumento de capital por subscrição (153.230 ações ordinárias ao preço médio de R\$24,78)	0	3.797
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	143.891	193.993
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	166.007	206.125
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	309.898	400.118

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	427.073	57.464	783.342	0	-17.635	1.250.244
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	427.073	57.464	783.342	0	-17.635	1.250.244
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	13.427	-486.213	0	0	-472.786
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-1.319	4.738	0	0	3.419
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	14.746	0	0	0	14.746
5.04.06	Dividendos	0	0	-467.324	0	0	-467.324
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-23.627	0	0	-23.627
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	151.489	-843	150.646
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	151.489	0	151.489
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-843	-843
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-843	-843
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.539	-1.539	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.539	-1.539	0	0
5.07	Saldos Finais	427.073	70.891	298.668	149.950	-18.478	928.104

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	418.061	149.613	713.023	0	-23.196	1.257.501
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	418.061	149.613	713.023	0	-23.196	1.257.501
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.797	625	-428.870	0	0	-424.448
5.04.01	Aumentos de Capital	3.797	0	0	0	0	3.797
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	625	1.209	0	0	1.834
5.04.06	Dividendos	0	0	-405.623	0	0	-405.623
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-24.456	0	0	-24.456
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	150.517	-2.641	147.876
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	150.517	0	150.517
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.641	-2.641
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-2.641	-2.641
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.130	-1.130	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.130	-1.130	0	0
5.07	Saldos Finais	421.858	150.238	285.283	149.387	-25.837	980.929

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	1.509.786	1.430.353
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.534.230	1.436.114
7.01.02	Outras Receitas	-989	11.177
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-23.455	-16.938
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.008.346	-986.497
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-581.097	-564.491
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-427.249	-422.006
7.03	Valor Adicionado Bruto	501.440	443.856
7.04	Retenções	-13.984	-5.150
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-13.984	-5.150
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	487.456	438.706
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	27.505	23.225
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	514	6.535
7.06.02	Receitas Financeiras	26.991	16.690
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	514.961	461.931
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	514.961	461.931
7.08.01	Pessoal	79.642	51.840
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	237.592	228.596
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	46.238	30.978
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	151.489	150.517

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	3.871.745	3.793.012
1.01	Ativo Circulante	2.262.155	2.203.259
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	80.221	98.208
1.01.02	Aplicações Financeiras	507.247	417.402
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	507.247	417.402
1.01.03	Contas a Receber	526.317	641.872
1.01.04	Estoques	767.874	688.748
1.01.06	Tributos a Recuperar	220.846	201.620
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	159.650	155.409
1.01.08.03	Outros	159.650	155.409
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros derivativos	22.063	28.626
1.01.08.03.02	Outros	137.587	126.783
1.02	Ativo Não Circulante	1.609.590	1.589.753
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	648.165	626.565
1.02.01.06	Tributos Diferidos	202.618	189.552
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	202.618	189.552
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	445.547	437.013
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	307.051	295.839
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	110.013	111.239
1.02.01.09.05	Outros ativos não circulantes	28.483	29.935
1.02.03	Imobilizado	797.525	800.434
1.02.04	Intangível	163.900	162.754

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	3.871.745	3.793.012
2.01	Passivo Circulante	1.692.444	1.274.719
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	127.293	132.045
2.01.02	Fornecedores	466.406	488.980
2.01.03	Obrigações Fiscais	426.025	446.800
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	136.781	168.962
2.01.05	Outras Obrigações	535.939	37.932
2.01.05.02	Outros	535.939	37.932
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	491.168	217
2.01.05.02.04	Outros contas a pagar	44.771	37.715
2.02	Passivo Não Circulante	1.251.196	1.268.048
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	987.292	1.017.737
2.02.02	Outras Obrigações	151.274	140.545
2.02.02.02	Outros	151.274	140.545
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais	151.274	140.545
2.02.04	Provisões	112.630	109.766
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	65.426	64.957
2.02.04.02	Outras Provisões	47.204	44.809
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	928.105	1.250.245
2.03.01	Capital Social Realizado	427.073	427.073
2.03.02	Reservas de Capital	70.891	57.464
2.03.04	Reservas de Lucros	448.618	783.342
2.03.04.01	Reserva Legal	18.650	18.650
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	429.968	273.807
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	490.885
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-18.478	-17.635
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1	1

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.275.836	1.145.846
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-365.331	-343.222
3.03	Resultado Bruto	910.505	802.624
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-671.856	-563.331
3.04.01	Despesas com Vendas	-488.270	-422.914
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-181.522	-154.215
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-177.544	-150.993
3.04.02.02	Remuneração dos administradores	-3.978	-3.222
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	13.798
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.064	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	238.649	239.293
3.06	Resultado Financeiro	-15.215	-10.196
3.06.01	Receitas Financeiras	35.173	31.420
3.06.02	Despesas Financeiras	-50.388	-41.616
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	223.434	229.097
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-71.945	-78.580
3.08.01	Corrente	-85.011	-100.711
3.08.02	Diferido	13.066	22.131
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	151.489	150.517
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	151.489	150.517
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	151.489	150.517
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,35370	0,34930
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,35280	0,34790

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	151.489	150.517
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-843	-2.641
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	150.646	147.876
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	150.646	147.876

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	159.406	102.738
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	267.846	248.551
6.01.01.01	Lucro líquido do período	151.489	150.517
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	33.490	24.765
6.01.01.03	Provisão decorrente dos contratos de operações com derivativos "swap" e "forward"	6.563	8.433
6.01.01.04	Provisões (Reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.935	-301
6.01.01.05	Atualização monetária de depósitos judiciais	-5.200	-6.459
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social	71.945	78.580
6.01.01.07	Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e intangível	2.024	2.027
6.01.01.09	Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-159	4.689
6.01.01.10	Variação cambial sobre outros ativos e passivos	-352	0
6.01.01.11	Despesas com planos de outorga de opções de compra de ações	3.419	1.834
6.01.01.12	Provisão (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	3.613	-918
6.01.01.13	Provisão (Reversão) para perdas nos estoques	-3.316	1.665
6.01.01.14	Provisão com plano de assistência médica e créditos carbono	2.395	571
6.01.01.15	Reconhecimento de crédito tributário de processo judicial	0	-16.852
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	11.066	-42.222
6.01.02.01	(aumento)/redução - Contas a receber	111.942	132.976
6.01.02.02	(aumento)/redução - Estoques	-75.810	-111.257
6.01.02.03	(aumento)/redução - Imp. a Recuperar	-18.000	-19.293
6.01.02.04	(aumento)/redução - Outros ativos	-18.032	-25.685
6.01.02.05	aumento/(redução) - Fornecedores	-22.291	13.635
6.01.02.06	aumento/(redução) - Salários	-4.752	-41.841
6.01.02.07	aumento/(redução) - Obrig. Tributárias	32.419	20.109
6.01.02.08	aumento/(redução) - Outros passivos	7.056	-10.604
6.01.02.09	aumento/(redução) - Prov. Conting.	-1.466	-262
6.01.03	Outros	-119.506	-103.591
6.01.03.01	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-114.410	-94.233
6.01.03.02	Pagamentos de recursos por liquidação de operações com derivativos	-4.440	-3.991
6.01.03.03	Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	-656	-5.367
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-38.397	-32.201
6.02.01	Adições de imobilizado e intangível	-33.068	-22.850
6.02.02	Recebimento pela venda de ativo imobilizado e intangível	683	1.096
6.02.03	Levantamento (pagamento) de depósitos judiciais	-6.012	-10.447
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-48.377	239.956
6.03.01	Amortização de empréstimos e financiamentos - principal	-70.038	-65.399
6.03.02	Captações de empréstimos e financiamentos	6.915	301.558
6.03.03	Utilização de ações em tesouraria pelo exercício de opções de compra de ações	14.746	0
6.03.04	Aumento de capital por subscrição (153.230 ações ordinárias ao preço médio de R\$24,78)	0	3.797

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-774	-2.617
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	71.858	307.876
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	515.610	560.229
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	587.468	868.105

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	427.073	57.464	783.342	0	-17.635	1.250.244	1	1.250.245
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	427.073	57.464	783.342	0	-17.635	1.250.244	1	1.250.245
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	13.427	-486.213	0	0	-472.786	0	-472.786
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-1.319	4.738	0	0	3.419	0	3.419
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	14.746	0	0	0	14.746	0	14.746
5.04.06	Dividendos	0	0	-467.324	0	0	-467.324	0	-467.324
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-23.627	0	0	-23.627	0	-23.627
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	151.489	-843	150.646	0	150.646
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	151.489	0	151.489	0	151.489
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-843	-843	0	-843
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-843	-843	0	-843
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.539	-1.539	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.539	-1.539	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	427.073	70.891	298.668	149.950	-18.478	928.104	1	928.105

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	418.061	149.613	713.023	0	-23.196	1.257.501	1	1.257.502
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	418.061	149.613	713.023	0	-23.196	1.257.501	1	1.257.502
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.797	625	-428.870	0	0	-424.448	0	-424.448
5.04.01	Aumentos de Capital	3.797	0	0	0	0	3.797	0	3.797
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	625	1.209	0	0	1.834	0	1.834
5.04.06	Dividendos	0	0	-405.623	0	0	-405.623	0	-405.623
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-24.456	0	0	-24.456	0	-24.456
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	150.517	-2.641	147.876	0	147.876
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	150.517	0	150.517	0	150.517
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.641	-2.641	0	-2.641
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-2.641	-2.641	0	-2.641
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.130	-1.130	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.130	-1.130	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	421.858	150.238	285.283	149.387	-25.837	980.929	1	980.930

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	1.678.976	1.547.464
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.707.117	1.553.926
7.01.02	Outras Receitas	-2.064	13.798
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-26.077	-20.260
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.086.274	-904.243
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-611.746	-582.081
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-474.528	-322.162
7.03	Valor Adicionado Bruto	592.702	643.221
7.04	Retenções	-33.490	-24.765
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-33.490	-24.765
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	559.212	618.456
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	35.173	28.402
7.06.02	Receitas Financeiras	35.173	28.402
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	594.385	646.858
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	594.385	646.858
7.08.01	Pessoal	98.751	196.041
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	285.334	271.516
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	58.811	28.784
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	151.489	150.517

Comentário do Desempenho

São Paulo, 25 de abril de 2012 – A Natura Cosméticos S.A. (BM&FBOVESPA: NATU3) anuncia hoje os resultados do primeiro trimestre de 2012. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto onde indicado o contrário, são apresentadas em **base consolidada**, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS.

INTRODUÇÃO

Neste primeiro trimestre de 2012 a receita líquida consolidada da Natura foi de R\$ 1.275,8 milhões, com crescimento de 11,3% em relação ao mesmo período de 2011. O EBITDA alcançou R\$ 272,1 milhões (evolução de 3,0% em relação ao 1T11) com uma margem de 21,3%. O lucro líquido foi de R\$ 151,5 milhões e a margem líquida de 11,9%.

Na operação Brasil a receita líquida no 1T12 foi de R\$ 1.140,2 milhões, evolução de 8,3%. A margem EBITDA atingiu 25,0% em 2012, versus uma margem de 27,3% no 1T11. Excluindo os efeitos não-recorrentes, a margem EBITDA no 1T12 teria sido de 25,1% e no 1T11 de 25,9%.

Nas operações internacionais, a receita líquida no 1T12 foi de R\$ 135,6 milhões, evolução de 39,2% em moeda local ponderada. O EBITDA¹ do trimestre mostrou um prejuízo de R\$ 12,7 milhões, versus um prejuízo de R\$ 23,5 milhões no mesmo período de 2011.

Destaques do 1º trimestre:

- ✓ No Brasil, ao longo do 1T12 recuperamos gradativamente nosso nível de serviços e ganhamos eficiência comercial e mercadológica, comprometidos no 2S11 pela implementação simultânea de projetos estruturantes que causaram instabilidades em nossa operação. Neste momento já superamos os desequilíbrios operacionais de 2011.
- ✓ Ainda no Brasil, o crescimento da receita líquida de 8,3% foi superior ao crescimento alcançado no 2S11, que foi de 5,5% no 3T11 e de 4,4% no 4T11.
- ✓ Nossa base total de consultoras alcançou 1.435 mil, crescimento de 16,6% em relação ao mesmo período de 2011. No Brasil, encerramos o primeiro trimestre com 1.179 mil

¹ Considera EBITDA pro forma

Comentário do Desempenho

consultoras, expansão de 14,1%. Nas operações internacionais, totalizamos 256 mil consultoras, com crescimento de 29,8%.

- ✓ O índice de inovação foi de 67,0% no trimestre (62,6% em 1T11), mantendo o patamar dos últimos anos. Neste trimestre investimos 3,0% da receita líquida em pesquisa e desenvolvimento (2,8% no 1T11).
- ✓ As operações internacionais apresentaram resultados de destaque e já representam 10,6% da receita líquida consolidada (8,1% no 1T11). As operações em consolidação (Argentina, Chile e Peru) apresentaram crescimento de 35,8% na receita líquida em moeda local ponderada no primeiro trimestre 2012. O EBITDA foi positivo em R\$ 8,2 milhões, margem EBITDA de 9,5% (R\$ 1,3 milhão em 2011 e margem EBITDA de 2,2%). Nas operações em implantação (México e Colômbia), a receita apresentou crescimento de 46,2% no trimestre, também em moeda local ponderada.
- ✓ Ainda nas operações internacionais, seguimos com a consolidação do modelo CNO no Chile, na Colômbia e no Peru, e da Rede de Relações Sustentáveis no México. Adicionalmente, avançamos com produção local na Argentina, na Colômbia e no México.

Mercado de Produtos de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos

Segundo dados divulgados pela Sipatesp/Abihpec² nosso mercado alvo no Brasil cresceu 8,2% em 2011. O market share da Natura no período foi de 23,5%, uma queda de 60 pontos base versus 2010. No quadro a seguir apresentamos a evolução do mercado e a participação da Natura nos segmentos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos (HPPC).

	Tamanho Mercado R\$ MM	Variação %		Market Share Natura			Variação pp	
		11 x 10	10 x 09	2011	2010	2009	11 x 10	10 x 09
Cosméticos e Fragrâncias	10.444	7,6%	16,8%	34,0%	34,9%	33,7%	(0,9)	1,2
Higiene Pessoal	10.655	8,8%	9,7%	13,2%	13,3%	12,9%	(0,1)	0,5
Total	21.098	8,2%	13,1%	23,5%	24,1%	22,9%	(0,6)	1,2

Fonte: SIPATESP

² Sipatesp/Abihpec: Sindicato da Indústria de Perfumarias de Artigos de Toucador no Estado de São Paulo / Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos.

Comentário do Desempenho

Segundo dados divulgados recentemente para o ano de 2011 pela Consultoria Euromonitor, pelo sétimo ano consecutivo mantivemos no Brasil a liderança no mercado total de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos. Já nas outras Operações da América Latina ampliamos nossa participação em 50 pontos base, alcançando 2,2% de Market Share.

	Tamanho Mercado US\$ MM	Variação %		Market Share Natura			Variação pp	
		2011	11 x 10	10 x 09	2011	2010	2009	11 x 10
Operação Brasil	43.029	8,8%	14,0%	14,5%	14,8%	14,3%	(0,3)	0,6
Operações em Consolidação	8.871	16,2%	14,2%	4,0%	3,4%	3,0%	0,6	0,4
Operações em Implantação	13.821	6,8%	6,9%	1,0%	0,7%	0,4%	0,3	0,3
Total	65.720	9,3%	12,4%	10,3%	10,3%	9,7%	(0,1)	0,6

Fonte: Euromonitor

Obs.

- i. Euromonitor considera mercado total de cosméticos, perfumes e higiene pessoal a preços de varejo
- ii. Vendas em dólares constantes de 2011
- iii. Valor do mercado e Market Share de 2010 e 2009 foram revisados
- iv. Operações em Consolidação: Argentina, Chile e Peru
- v. Operações em Implantação: México e Colômbia

Perspectivas

Consolidado como terceiro maior mercado de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos do mundo, o Brasil continua a oferecer condições para a expansão do setor a taxas superiores às da indústria global. Os investimentos que já realizamos nos últimos anos e que intensificaremos em 2012 representam um consistente movimento que prepara a Natura para capturar as oportunidades desta década no Brasil e em nossas Operações Internacionais.

Superadas as dificuldades operacionais de 2011, os investimentos em infraestrutura de logística, manufatura e TI nos colocam em um patamar que nos permite oferecer um nível de serviços de excelência às consultoras, consultores e consumidores finais, ampliando os diferenciais competitivos de nossa marca.

Dessa forma, nossas 1,2 milhão de consultoras e consultores no Brasil poderão aprofundar o relacionamento com os cerca de 100 milhões de consumidores. Pretendemos, assim,

Comentário do Desempenho

concretizar a evolução em nossa estratégia, que passa a priorizar a produtividade do canal de vendas, com o aumento da frequência de compra dos consumidores e a variedade dos produtos adquiridos. Ao mesmo tempo, nossas consultoras e consultores também serão beneficiados pela evolução de nosso modelo comercial e marketing mix, com maior equilíbrio entre a parcela gerida de maneira centralizada e a regional. Esses avanços devem proporcionar ganhos graduais ao longo deste ano.

Ao mesmo tempo em que promovemos evoluções em múltiplas frentes, avançamos na direção de uma nova perspectiva para os negócios. Estamos especialmente motivados com o futuro da venda direta. Desde sempre, acreditamos na capacidade empreendedora e transformadora de pessoas, engajadas em propósitos comuns. Num mundo cada vez mais conectado digitalmente, onde o tratamento personalizado para cada consumidor ganha relevância, a venda direta tem uma grande oportunidade de continuada expansão. Vislumbramos um futuro no qual a relação entre consultoras e consumidores será apoiada por alta tecnologia de informação e pelas redes sociais, campo onde os serviços podem evoluir muito e, ao mesmo tempo, ampliar a geração de valor para todos os envolvidos.

Desempenho Socioambiental

No último dia 13, divulgamos o Relatório Anual Natura 2011, durante a realização da nossa Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de acionistas. Fruto de mais de uma década de aprendizados, o relatório deste ano traz uma série de novidades:

- ✓ Versão impressa para Formadores de Opinião: adotamos a linguagem jornalística e o formato em tabloide, que alcançou uma redução de cerca de 55% na emissão de CO2, se comparado com a edição de 2010.
- ✓ Pela primeira vez editamos o Relatório do Instituto Natura, em um caderno anexo, que dá transparência ao seu desempenho na melhoria da qualidade da educação no Brasil.
- ✓ Já a versão completa, disponível somente em fomato eletrônico, se alinha às primeiras iniciativas do IIRC (Comitê Internacional de Relatório Integrado) – programa-piloto da qual a Natura faz parte, que tem por objetivo estabelecer, até 2013, metodologia para a produção de um Relatório Integrado.

Anualmente, assumimos compromissos e metas para a evolução do nosso desempenho socioambiental. O quadro abaixo demonstra o resultado acumulado do 1T12 de alguns indicadores com suas respectivas metas de 2012:

Comentário do Desempenho

Indicador	Resultado 2011	Compromisso 2012	Resultado 1T12
Gases de efeito estufa*	-5,3% (25,4% acumulado)	Reduzir até 2013 em 33% as nossas emissões relativas de GEE, levando em consideração o inventário que realizamos em 2006.	N/D (Não Disponível)
Consumo de água	0,40 litro/ unidade produzida (4,8% redução)	Manter o consumo de água em 0,40 litros por unidade produzida no Brasil	0,40 litros/unidade produzida
Arrecadação CPV	R\$ 8,4 milhões	Arrecadar R\$ 10,3 milhões com a venda dos produtos do Crer Para Ver no Brasil	R\$ 2,8 milhões

* Indicador: Apurado quadrimestralmente

Comentário do Desempenho

I. resultado consolidado

(R\$ milhões)	1T12	1T11	Var %
Total de Consultoras - final do período* (em milhares)	1.434,8	1.230,2	16,6
Unidades de produtos para revenda (em milhões)	114	100	13,9
Receita Bruta	1.712,1	1.556,0	10,0
Receita Líquida	1.275,8	1.145,8	11,3
Lucro Bruto	910,5	802,6	13,4
Despesas com Vendas	(488,3)	(422,9)	15,5
Despesas Administrativas e Gerais	(177,5)	(151,0)	17,6
Remuneração dos Administradores	(4,0)	(3,2)	23,5
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais, líquidas	(2,1)	13,8	n/d
Receitas / (Despesas) Financeiras, líquidas	(15,2)	(10,2)	49,2
Lucro antes do IR/CSLL	223,4	229,1	(2,5)
Lucro Líquido	151,5	150,5	0,7
EBITDA**	272,1	264,1	3,0
Margem Bruta	71,4%	70,0%	1,3pp
Despesas com Vendas/Receita Líquida	38,3%	36,9%	1,4pp
Despesas Administrativas e Gerais/Receita Líquida	13,9%	13,2%	0,7pp
Margem Líquida	11,9%	13,1%	(1,3pp)
Margem EBITDA	21,3%	23,0%	(1,7pp)

(*) Posição ao final do ciclo 4 de vendas

(**) EBITDA = Lucro operacional antes dos efeitos financeiros, impostos, depreciação e amortização.

A **receita líquida consolidada** no 1T12 alcançou R\$ 1.275,8 milhões, apresentando crescimento de 11,3% em comparação ao 1T11. No Brasil, a receita líquida foi de R\$ 1.140,2 milhões no 1T12, 8,3% superior ao mesmo período de 2011. Nas operações internacionais, a

Comentário do Desempenho

receita líquida no 1T12 foi de R\$ 135,6 milhões, com um crescimento de 45,2% sobre o 1T11 em reais e 39,2% em moeda local ponderada.

O **Custo dos Produtos Vendidos** (CPV) representou no 1T12 28,6% da receita líquida consolidada, uma redução de 130 pontos base nos custos em relação ao 1T11, impulsionado pelos benefícios de uma melhor gestão de custos e promoções, além de efeitos favoráveis do câmbio no custo de nossas Operações Internacionais.

O quadro abaixo exhibe o custo aberto em seus principais componentes:

	1T12	1T11
MP / ME ¹	79,3	82,9
Mão Obra s/PLR	11,5	10,7
Depreciação	2,9	2,7
Outros	6,3	3,6
Total	100,0	100,0

(¹) Matéria-prima e material de embalagem

As **despesas com vendas**, representaram 38,3% da receita líquida no 1T12, aumento de 140 pontos base em relação ao 1T11, principalmente devido à intensificação dos investimentos em marketing nas operações internacionais. No Brasil, seguimos em linha com a estratégia de otimizar nossos investimentos em marketing e buscar eficiência nos processos logísticos.

As **despesas administrativas e gerais** representaram 13,9% em relação a receita líquida no 1T12 (13,2% no 1T11). Mantivemos os investimentos em inovação de produtos e comercial, e observamos um aumento nos custos de depreciação decorrente de um novo patamar de investimento em tecnologia da informação, conforme planejado.

Outras receitas e despesas operacionais apresentaram um gasto de R\$ 2,1 milhões no trimestre. No mesmo período de 2011 registrou-se R\$ 13,8 milhões de receita, impacto do efeito não recorrente do reconhecimento de uma ativo contingente de Pis e Cofins.

O **lucro líquido consolidado** foi de R\$ 151,5 milhões no 1T12, margem líquida de 11,9% e incremento de 0,7% em relação ao 1T11.

Comentário do Desempenho

O **EBITDA consolidado** no 1T12 foi de R\$ 272,1 milhões (R\$ 264,1 milhões no 1T11), com crescimento de 3,0%. A margem EBITDA passou de 23,0% no 1T11 para 21,3% no 1T12. Excluindo outras despesas e receitas operacionais em ambos os trimestres, as margens seriam 21,8% no primeiro trimestre de 2011 e 21,5% no primeiro trimestre de 2012.

> EBITDA (R\$ milhões)

	1T12	1T11	Var %
Receita Líquida	1.275,8	1.145,8	11,3
(-) Custos e Despesas	1.037,2	906,6	14,4
EBIT	238,6	239,3	(0,3)
(+) Depreciação / amortização	33,5	24,8	34,9
EBITDA	272,1	264,1	3,0

> EBITDA pró-forma por bloco de operações

(R\$ milhões)

	1T12	1T11	Var %
Brasil	284,8	287,6	(1,0)
Argentina, Chile e Peru	8,2	1,3	529,5
México, Colômbia	(4,0)	(6,7)	(40,1)
Outros Investimentos	(16,8)	(18,0)	(6,7)
Total	272,1	264,1	3,0

Comentário do Desempenho

2. fluxo de caixa (pró-forma)

(R\$ milhões)	03M12	03M11	Var %
Lucro líquido	151,5	150,5	0,7
(+) Depreciações e amortizações	33,5	24,8	34,9
Geração interna de caixa	185,0	175,3	5,5
(Aumento) / Redução do Capital de Giro	(29,6)	(68,3)	na
Itens não caixa	5,1	(16,2)	(131,5)
Geração operacional de caixa	160,5	90,8	76,7
Adições do imobilizado intangível	(33,1)	(22,9)	44,7
Geração de caixa livre*	127,4	68,0	87,4

(*) (Geração interna de caixa) +/- (variações no capital de giro e realizável e exigível a longo prazo) – (aquisições de ativo imobilizado).

A geração interna de caixa no 1T12 foi de R\$185,0 milhões, uma evolução de 5,5% versus 2011. Deste total, houve um investimento de R\$ 29,6 milhões no capital de giro e uma aplicação de R\$ 33,1 milhões em imobilizado. Com isso, a geração de caixa livre foi de R\$ 127,4 milhões, evolução de 87,4% em relação ao mesmo período de 2011.

Os estoques seguem em um nível elevado, bem como os impostos a recuperar, que refletem a revisão dos créditos de Pis e Cofins sobre serviços, receitas financeiras e fretes, realizada em 2011. Ambos serão reduzidos e convertidos em caixa no decorrer de 2012.

3. DRE's pró-forma

A margem de lucro alcançada nas exportações do Brasil para as operações internacionais foi subtraída do CPV das respectivas operações, demonstrando o real impacto dessas subsidiárias no resultado consolidado da empresa. Desta forma, a Demonstração de Resultados pró-forma Brasil apresenta somente o resultado das vendas realizadas no mercado interno.

Comentário do Desempenho

3.1 OPERAÇÃO BRASIL (DRE pró-forma)

(R\$ milhões)	1T12	1T11	Var %
Total de Consultoras - final do período* (em milhares)	1.178,6	1.032,7	14,1
Unidades de produtos para revenda (em milhões)	100,6	90,1	11,7
Receita Bruta	1.540,1	1.438,7	7,0
Receita Líquida	1.140,2	1.052,5	8,3
Lucro Bruto	820,1	747,3	9,7
Despesas com Vendas	(413,0)	(368,9)	11,9
Despesas Administrativas e Gerais	(148,6)	(125,4)	18,5
Remuneração dos Administradores	(4,0)	(3,2)	23,5
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais, líquidas	(1,3)	14,7	n/d
Receitas / (Despesas) Financeiras, líquidas	(16,4)	(9,8)	66,8
Lucro antes do IR/CSLL	236,9	254,6	(7,0)
Lucro Líquido	165,1	178,8	(7,7)
EBITDA	284,8	287,6	(1,0)
Margem Bruta	71,9%	71,0%	0,9pp
Despesas com Vendas/Receita Líquida	36,2%	35,1%	1,2pp
Despesas Administrativas e Gerais/Receita Líquida	13,0%	11,9%	1,1pp
Margem Líquida	14,5%	17,0%	(2,5pp)
Margem EBITDA	25,0%	27,3%	(2,3pp)

(*) Posição ao final do ciclo 4 de vendas

- ✓ O canal de vendas continua crescendo de forma saudável, apresentando uma expansão de 14,1%, totalizando com 1.179 mil consultoras no Brasil.
- ✓ A produtividade³ acumulada de nossas consultoras reduziu-se em 5,2% (R\$ 1.851 em 1T12 versus R\$ 1.953 no 1T11).

³ Produtividade medida a preços de varejo.

Comentário do Desempenho

3.2 OPERAÇÕES EM CONSOLIDAÇÃO (Argentina, Chile e Peru) DRE Pró-Forma

(R\$ milhões)	1T12	1T11	Var %
Total de Consultoras - final do período (em milhares)	158.2	133.1	18.9
Unidades de produtos para revenda (em milhares)	7.6	6.6	15.3
Receita Bruta	114.5	78.8	45.3
Receita Líquida	86.1	60.1	43.1
Lucro Bruto	57.5	36.4	58.0
Despesas com Vendas	(42.8)	(30.0)	42.7
Despesas Administrativas e Gerais	(6.9)	(5.2)	33.8
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais, líquidas	(0.7)	(0.8)	(7.5)
Resultado Financeiro Líquido	0.3	(0.1)	n/d
Lucro / (Prejuízo) antes do IR/CSLL	7.3	0.3	n/d
Lucro / (Prejuízo) Líquido	7.2	(1.9)	n/d
EBITDA	8.2	1.3	529.5
<i>Margem Bruta</i>	<i>66.8%</i>	<i>60.5%</i>	<i>6.3pp</i>
<i>Despesas com Vendas/Receita Líquida</i>	<i>49.8%</i>	<i>49.9%</i>	<i>(0.2pp)</i>
<i>Despesas Administrativas e Gerais/Receita Líquida</i>	<i>8.0%</i>	<i>8.6%</i>	<i>(0.6pp)</i>
<i>Margem Líquida</i>	<i>8.3%</i>	<i>n/d</i>	<i>n/d</i>
<i>Margem EBITDA</i>	<i>9.5%</i>	<i>2.2%</i>	<i>7.3pp</i>

- ✓ Nas operações em consolidação, a receita líquida no 1T12 foi de R\$ 86,1 milhões, com um crescimento de 35,8% em moeda local ponderada (43,1% em reais) em relação ao 1T11.
- ✓ O número de consultoras cresceu 18,9%, alcançando 158,2 mil ao final do primeiro trimestre de 2012.
- ✓ Essas operações apresentaram um EBITDA favorável de R\$ 8,2 milhões no 1T12. O maior investimento em marketing foi compensado pela diluição das despesas com força de vendas e administrativas, além de maior eficiência logística.

Comentário do Desempenho

- ✓ A margem bruta dessas Operações foi beneficiada por várias iniciativas relacionadas à gestão de preços e custos, bem como por um câmbio mais favorável.

3.3 OPERAÇÕES EM IMPLANTAÇÃO (México e Colômbia)

DRE Pró-Forma

(R\$ milhões)	1T12	1T11	Var %
Total de Consultoras - final do período (em milhares)	95,1	65,0	46,5
Unidades de produtos para revenda (em milhões)	4,3	3,1	36,8
Receita Bruta	52,0	34,5	50,7
Receita Líquida	44,7	29,7	50,4
Lucro Bruto	29,9	16,7	78,8
Despesas com Vendas	(29,0)	(20,3)	43,1
Despesas Administrativas e Gerais	(5,5)	(3,7)	49,4
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais, líquidas	(0,1)	(0,1)	(43,6)
Resultado Financeiro Líquido	0,9	(0,3)	(432,6)
Lucro / (Prejuízo) antes do IR/CSLL	(3,7)	(7,6)	(50,9)
Lucro / (Prejuízo) Líquido	(3,8)	(8,1)	(53,9)
EBITDA	(4,0)	(6,7)	(40,1)
<i>Margem Bruta</i>	<i>66,9%</i>	<i>56,3%</i>	<i>10,6pp</i>
<i>Despesas com Vendas/Receita Líquida</i>	<i>64,8%</i>	<i>68,1%</i>	<i>(3,3pp)</i>
<i>Despesas Administrativas e Gerais/Receita Líquida</i>	<i>12,2%</i>	<i>12,3%</i>	<i>(0,1pp)</i>
<i>Margem Líquida</i>	<i>n/d</i>	<i>n/d</i>	<i>-</i>
<i>Margem EBITDA</i>	<i>n/d</i>	<i>n/d</i>	<i>-</i>

- ✓ Nas operações em implantação, a receita líquida no 1T12 foi de R\$ 44,7 milhões, crescimento de 46,2% em moeda local ponderada (50,4% em reais).
- ✓ O número de consultoras ampliou-se em 46,5%, alcançando 95,1 mil ao final do primeiro trimestre de 2012.

Comentário do Desempenho

- ✓ Estas operações apresentaram EBITDA negativo de R\$ 4,0 milhões no 1T12, porém melhor que o 1T11 (prejuízo de R\$ 6,7 milhões), resultado dos investimentos que estão sendo feitos.
- ✓ A margem bruta dessas Operações também foi beneficiada por iniciativas relacionadas à gestão de preços e custos, assim como por um câmbio mais favorável.

Os outros investimentos internacionais, que dizem respeito a nossa operação na França e aos gastos com projetos e estrutura corporativa dedicada a área internacional, registraram prejuízo (EBITDA) de R\$ 16,8 milhões no 1T12 (R\$ 18,0 milhões no 1T11).

Comentário do Desempenho

TELECONFERÊNCIA & WEBCAST

Português: Sexta-feira, 27 de abril de 2012
10h00 – horário de Brasília

Inglês: Sexta-feira, 27 de abril de 2012
12h00 – horário de Brasília

Participantes do Brasil: +55 11 4688-6341

Participantes dos EUA: Toll Free +1 800 700 0802

Participantes de outros países: +1 412 824-6977

Senha para os participantes: Natura

Transmissão ao vivo pela internet: www.natura.net/investidor

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Telefone: (11) 4196-1421

Helmut Bossert, helmutbossert@natura.net

Fabio Cefaly, fabiocefaly@natura.net

Patrícia Anson, patriciaanson@natura.net

Tatiana Bravin, tatianabravin@natura.net

Taísa Hernandez, taisahernandez@natura.net



Índice de
Ações com Tag Along
Diferenciado

ITAG

Índice de
Ações com Governança
Corporativa Diferenciada

IGC

Índice
Carbono
Eficiente

ICO2

Índice de
Sustentabilidade
Empresarial

ISE

Índice
Brasil 50

Comentário do Desempenho

> BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2012

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Mar/12	Dez/11	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Mar/12	Dez/11
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	587,5	515,6	Empréstimos e financiamentos	136,8	169,0
Contas a receber de clientes	526,3	641,9	Fornecedores e outras contas a pagar	466,4	489,0
Estoques	767,9	688,7	Salários, participações nos resultados e encargos sociais	127,3	132,0
Impostos a recuperar	220,8	201,6	Obrigações tributárias	426,0	446,8
Instrumentos financeiros derivativos	22,1	28,6	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	491,1	0,2
Outros ativos circulantes	137,6	126,8	Outras obrigações	44,8	37,7
Total do ativo circulante	2.262,2	2.203,3	Total do passivo circulante	1.692,4	1.274,7
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo			Empréstimos e financiamentos	987,3	1.017,7
Impostos a recuperar	110,0	111,2	Obrigações tributárias	151,3	140,5
Imposto de renda e contribuição social diferidos	202,6	189,6	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	65,4	65,0
Depósitos judiciais	307,1	295,8	Outras Provisões	47,2	44,8
Outros ativos não circulantes	28,5	29,9	Total do passivo não circulante	1.251,2	1.268,0
Imobilizado	797,5	800,4	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Intangível	163,9	162,8	Capital social	427,1	427,1
Total do ativo não circulante	1.609,6	1.589,8	Reservas de capital	157,9	160,3
			Reservas de lucros	448,7	292,5
			Ações em tesouraria	(87,0)	(102,8)
			Dividendo adicional proposto	-	490,9
			Outros resultados abrangentes	(18,5)	(17,6)
			Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	928,2	1.250,2
TOTAL DO ATIVO	3.871,7	3.793,0	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.871,7	3.793,0

Comentário do Desempenho**> DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E DE 2011**

<i>em R\$ milhões</i>	03M12	03M11
RECEITA LÍQUIDA	1.275,8	1.145,8
Custo dos produtos vendidos	(365,3)	(343,2)
LUCRO BRUTO	910,5	802,6
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		
Com vendas	(488,3)	(422,9)
Administrativas e gerais	(177,5)	(151,0)
Remuneração dos administradores	(4,0)	(3,2)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(2,1)	13,8
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	238,6	239,3
Receitas financeiras	35,2	31,4
Despesas financeiras	(50,4)	(41,6)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	223,4	229,1
Imposto de renda e contribuição social	(71,9)	(78,6)
LUCRO LÍQUIDO	151,5	150,5

Comentário do Desempenho

> DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E DE 2011

em R\$ milhões	03M12	03M11
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do período	151,5	150,5
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	33,5	24,8
Provisão (Reversão) decorrente dos contratos de operações com derivativos "swap" e "forward"	6,6	8,4
Provisões (Reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1,9	(0,3)
Atualização monetária de depósitos judiciais	(5,2)	(6,5)
Imposto de renda e contribuição social	71,9	78,6
Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e intangível	2,0	2,0
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(0,2)	4,7
Variação cambial sobre outros ativos e passivos	(0,4)	-
Despesas com planos de outorga de opções de compra de ações	3,4	1,8
Provisão (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	3,6	(0,9)
Provisão (Reversão) para perdas nos estoques	(3,3)	1,7
Provisão com plano de assistência médica e créditos carbono	2,4	0,6
Reconhecimento de crédito tributário de processo judicial	-	(16,9)
	267,8	248,6
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS		
Contas a receber de clientes	111,9	133,0
Estoques	(75,8)	(111,3)
Impostos a recuperar	(18,0)	(19,3)
Outros ativos	(18,0)	(25,7)
Subtotal	0,1	(23,3)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS		
Fornecedores nacionais e estrangeiros	(22,3)	13,6
Salários, participações nos resultados e encargos sociais, líquidos	(4,8)	(41,8)
Obrigações tributárias	32,4	20,1
Outros passivos	7,1	(10,6)
Pagamentos de provisões de contingências tributárias, civis e trabalhistas	(1,5)	(0,3)
Subtotal	11,0	(19,0)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	278,9	206,3
OUTROS FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(114,4)	(94,2)
Pagamentos de recursos por liquidação de operações com derivativos	(4,4)	(4,0)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(0,7)	(5,4)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	159,4	102,7

Comentário do Desempenho

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Adições de imobilizado e intangível	(33,1)	(22,9)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado e intangível	0,7	1,1
Levantamento (pagamento) de depósitos judiciais	(6,0)	(10,4)

CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

(38,4) **(32,2)**

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Amortização de empréstimos e financiamentos - principal	(70,0)	(65,4)
Captações de empréstimos e financiamentos	6,9	301,6
Utilização de ações em tesouraria pelo exercício de opções de compra de ações	14,7	-
Aumento de capital por subscrição (153.230 ações ordinárias ao preço médio de R\$24,78)	-	3,8

CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

(48,4) **240,0**

Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	(0,8)	(2,6)
--	-------	-------

AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

71,9 **307,9**

Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	515,6	560,2
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	587,5	868,1

AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

71,9 **307,9**

Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa:

Numerários com utilização restrita	6,8	6,2
Limites de contas garantidas sem utilização	235,5	265,5

Comentário do Desempenho

O EBITDA não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando o fluxo de caixa para os períodos apresentados. Também não deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem um significado padronizado e sua definição na Sociedade, eventualmente, pode não ser comparável ao LAJIDA ou EBITDA definido por outras companhias. Ainda que o EBITDA não forneça, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, uma medida do fluxo de caixa, a Administração o utiliza para mensurar o desempenho operacional da Sociedade. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e analistas financeiros utilizam o EBITDA como indicador do desempenho operacional de uma companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

Este relatório contém informações futuras. Tais informações não são apenas fatos históricos, mas refletem os desejos e as expectativas da direção da Natura. As palavras "antecipa", "deseja", "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "prediz", "projeta", "almeja" e similares, pretendem identificar afirmações que, necessariamente, envolvem riscos conhecidos e desconhecidos. Riscos conhecidos incluem incertezas, que não são limitadas ao impacto da competitividade dos preços e produtos, aceitação dos produtos no mercado, transições de produto da Companhia e seus competidores, aprovação regulamentar, moeda, flutuação da moeda, dificuldades de fornecimento e produção e mudanças na venda de produtos, dentre outros riscos. Este relatório também contém algumas informações "proforma", elaboradas pela Companhia a título exclusivo de informação e referência, portanto, são grandezas não auditadas. Este relatório está atualizado até a presente data e a Natura não se obriga a atualizá-lo mediante novas informações e/ou acontecimentos futuros

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

NATURA COSMÉTICOS S.A.NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Natura Cosméticos S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento especial denominado Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob o código “NATU3”, com sede em Itapeverica da Serra, Estado de São Paulo.

Suas atividades e as de suas controladas (doravante denominadas “Sociedades”) compreendem o desenvolvimento, a industrialização, a distribuição e a comercialização de cosméticos, fragrâncias em geral e produtos de higiene pessoal, substancialmente por meio de vendas diretas realizadas pelos(as) Consultores(as) Natura, bem como a participação como sócia ou acionista em outras sociedades no Brasil e no exterior.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As informações contábeis intermediárias da Sociedade, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, compreendem:

- As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.
- As informações contábeis intermediárias individuais da Sociedade elaboradas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas informações contábeis intermediárias individuais não são consideradas como estando conforme às IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo de aquisição.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico

Notas Explicativas Naturacos S.A.

geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações intermediárias consolidadas estão divulgadas na nota explicativa nº 2 das demonstrações contábeis anuais da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, divulgadas em 15 de fevereiro de 2012. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado.

2.2. Consolidação**a) Controladas e controladas em conjunto**

Controladas são todas as entidades que a Sociedade tem o poder de governar as políticas financeiras e operacionais para obter benefícios de suas atividades e nas quais normalmente há uma participação societária superior a 50%. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Sociedade controla ou não outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido à Sociedade e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle deixa de existir.

Nos casos em que o controle é tido em conjunto, a consolidação das demonstrações contábeis é feita proporcionalmente ao percentual de participação.

b) Sociedades incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas

	Participação - %	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Participação direta:		
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	99,99	99,99
Natura Cosméticos S.A. - Chile	99,99	99,99
Natura Cosméticos S.A. - Peru	99,94	99,94
Natura Cosméticos S.A. - Argentina	99,97	99,97
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	99,99	99,99
Natura Cosméticos y Servicios de Mexico, S.A. de C.V.	99,99	99,99
Natura Cosméticos de Mexico, S.A. de C.V.	99,99	99,99
Natura Distribuidora de Mexico, S.A. de C.V.	99,99	99,99
Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia	99,99	99,99
Natura Cosméticos España S.L. - Espanha	100,00	100,00
Natura (Brasil) International B.V. - Holanda	100,00	100,00
Participação indireta:		
Via Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.:		
Natura Logística e Serviços Ltda.	99,99	99,99
Via Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.:		
Ybios S.A. (consolidação proporcional - controle conjunto)	43,60	43,33

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

	<u>Participação - %</u>	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Natura Innovation et Technologie de Produits SAS - França	100,00	100,00
Via Natura (Brasil) International B.V. - Holanda:		
Natura Brasil Inc. - EUA - Delaware	100,00	100,00
Natura International Inc. - EUA - Nova York	100,00	100,00
Natura Worldwide Trading Company - Costa Rica	100,00	100,00
Natura Brasil SAS - França	100,00	100,00
Natura Brasil Inc. - EUA - Nevada	100,00	100,00
Natura Europa SAS - França	100,00	100,00

Na elaboração das informações intermediárias consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Sociedade. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos e passivos, as receitas e despesas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre as empresas.

As atividades das controladas diretas e indiretas são como segue:

- Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.: suas atividades concentram-se, preponderantemente, na industrialização e comercialização dos produtos da marca Natura para a Natura Cosméticos S.A. - Brasil, Natura Cosméticos S.A. - Chile, Natura Cosméticos S.A. - Peru, Natura Cosméticos S.A. - Argentina, Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia, Natura Europa SAS - França e Natura Cosméticos de Mexico, S.A. de C.V..
- Natura Cosméticos S.A. - Chile, Natura Cosméticos S.A. - Peru, Natura Cosméticos S.A. - Argentina, Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia e Natura Distribuidora de Mexico, S.A. de C.V.: suas atividades são semelhantes às atividades desenvolvidas pela controladora Natura Cosméticos S.A. - Brasil.
- Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.: suas atividades concentram-se em desenvolvimento de produtos e tecnologias e pesquisa de mercado. É controladora integral da Natura Innovation et Technologie de Produits SAS - França, centro satélite de pesquisa e tecnologia inaugurado durante o ano 2007, em Paris.
- Natura Europa SAS - França: suas atividades concentram-se na compra, venda, importação, exportação e distribuição de cosméticos, fragrâncias em geral e produtos de higiene.

Notas Explicativas

- Natura Cosméticos de Mexico, S.A. de C.V.: suas atividades concentram-se na importação e comercialização de cosméticos, fragrâncias em geral e produtos de higiene pessoal para a Natura Distribuidora de Mexico, S.A. de C.V..
- Natura Cosméticos y Servicios de Mexico, S.A. de C.V.: suas atividades concentram-se na prestação de serviços administrativos e logísticos às empresas Natura Cosméticos de Mexico, S.A. de C.V. e Natura Distribuidora de Mexico, S.A. de C.V..
- Natura Cosméticos España S.L.: encontra-se em fase pré-operacional e suas atividades consistirão nas mesmas atividades desenvolvidas pela controladora Natura Cosméticos S.A. - Brasil.
- Natura Logística e Serviços Ltda.: suas atividades concentram-se na prestação de serviços administrativos e logísticos para as sociedades sediadas no Brasil.
- Natura Innovation et Technologie de Produits SAS - França: suas atividades concentram-se em pesquisas nas áreas de testes “in vitro”, alternativos aos testes em animais, para estudo da segurança e eficácia de princípios ativos, tratamento de pele e novos materiais de embalagens.
- Ybios S.A.: suas atividades concentram-se na pesquisa, na gestão, no desenvolvimento de projetos, produtos e serviços voltados para a área de biotecnologia, podendo, inclusive, firmar acordos e parcerias com universidades, fundações, empresas, cooperativas e associações, entre outras entidades públicas e privadas, na prestação de serviços na área de biotecnologia e na participação em outras sociedades.

Por ser uma controlada em conjunto, cujas demonstrações contábeis foram incluídas proporcionalmente nas demonstrações contábeis consolidadas da Sociedade, a seguir são demonstradas as principais contas do grupo de ativo, passivo e resultado, incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas à razão de 43,60% de participação (43,33% em 31 de dezembro de 2011), após os ajustes de eliminação da participação societária:

	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Ativo circulante	559	567
Ativo imobilizado	45	56
Passivo circulante	38	30
Receita líquida do exercício	-	128
Prejuízo do exercício	(317)	(1.086)

- Natura Europa SAS - França e Natura Cosmetics USA Co.: em janeiro de 2009 as cotas correspondentes ao capital social dessas controladas foram conferidas como aporte de capital na empresa “holding” Natura (Brasil) International B.V. - Holanda, passando a Sociedade a possuir a correspondente participação indireta nessas empresas por intermédio dessa empresa “holding” sediada na Holanda.

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

c) Encerramento de atividades de controladas

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em julho e outubro de 2009, foi aprovado o encerramento das operações da controlada Natura Cosméticos C.A. - Venezuela, gerando a necessidade de constituição de provisão para perdas na realização de ativos.

Em 31 de março de 2012, o saldo dos ativos líquidos da Natura Cosméticos C.A. - Venezuela, registrado nas demonstrações contábeis consolidadas da Sociedade, deduzido de provisões para eventuais perdas na desvalorização de ativos e exigibilidade de passivos no processo de encerramento das referidas operações, era de R\$297.

2.3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Sociedade

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 9 Instrumentos Financeiros	Classificação e Mensuração, encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", essa nova norma utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A IFRS 9 exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
• IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas	A IFRS 10, estabelece princípios para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. O IFRS 10 substitui as exigências de consolidação do SIC-12 Consolidação de Entidades de Finalidade Específica e do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013

Notas Explicativas

<p>• IFRS 11 Acordos em conjunto</p>	<p>A IFRS 11 prevê uma reflexão mais realista de acordos em conjunto, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica. A norma aborda inconsistências no tratamento de um acordo em conjunto, exigindo um único método para tratar em entidades controladas em conjunto, através da equivalência patrimonial. O IFRS 13 substitui o IAS 31 Empreendimentos Controlados em Conjunto e SIC-13 Entidades Conjuntamente Controladas - Contribuições Não Monetárias por Acionistas. A aplicação antecipada é permitida. Os principais efeitos decorrentes da adoção do IFRS 11 será o fim da consolidação proporcional, fato que não afetará as informações consolidadas da Companhia</p>	<p>Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013</p>
<p>IFRS 12 Divulgações de Participações em Outras Entidades</p>	<p>A IFRS 12 é uma norma nova e abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo as subsidiárias, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas não consolidadas. A aplicação antecipada é permitida.</p>	<p>Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013</p>
<p>IFRS 13 - Mensurações ao Valor Justo</p>	<p>Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo e orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento nem alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais.</p>	<p>Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013</p>
<p>IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (Revisado em 2011)</p>	<p>Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado.</p>	<p>Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013</p>
<p>IAS 28 (Revisada 2011) Investimentos em Coligadas e Entidades com Controle Compartilhado</p>	<p>Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado</p>	<p>Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013</p>
<p>Alterações à IAS 19 - Benefícios aos Empregados</p>	<p>Eliminação do enfoque do corredor (“corridor approach”), sendo os ganhos ou as perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e o resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações.</p>	<p>Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.</p>

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
---	---	---

A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

Considerando as atuais operações da Sociedade e de suas controladas, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis a partir de sua adoção.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC e a CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela da Companhia.

3. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações contábeis estão relacionadas a seguir:

a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Sociedade reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Sociedade revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte em diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 17. Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com um certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda

Notas Explicativas

inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas informações intermediárias.

c) Plano de assistência médica aposentados

O valor atual do plano de assistência médica depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto, entre outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 18. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pelo Comitê de Tesouraria e aprovados pelo Conselho de Administração da Sociedade. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pelo Comitê de Tesouraria da Sociedade e posteriormente submetida à apreciação dos Comitês de Auditoria e Executivo e do Conselho de Administração.

A gestão de riscos é realizada pela Tesouraria Central da Sociedade, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pelas controladas da Sociedade.

4.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Sociedade e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: riscos de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), de crédito e de liquidez. O programa de gestão de risco global da Sociedade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

a) Riscos de mercado

A Sociedade e as controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

i) Risco cambial

A Sociedade e suas controladas estão expostas ao risco de câmbio resultante de instrumentos financeiros em moedas diferentes de suas moedas funcionais. Para a redução da referida exposição, foi implantada

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

uma política para proteger o risco cambial, que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco (Política de Proteção Cambial).

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial consolidada da Sociedade e de suas controladas, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração.

A Política de Proteção Cambial considera os valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações contábeis oriundos das operações da Sociedade.

Em 31 de março de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade e suas controladas estão expostas basicamente ao risco de flutuação do dólar norte-americano. Para proteger as exposições cambiais com relação à moeda estrangeira, a Sociedade e suas controladas contratam operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo “swap” e compra a termo de moeda denominada “Non Deliverable Forward - NDF” (“forward”). Conforme a Política de Proteção Cambial os derivativos contratados pela Sociedade ou por suas controladas deverão limitar a perda referente à desvalorização cambial em relação ao lucro líquido projetado para o exercício em curso, dada uma determinada estimativa de desvalorização cambial em relação ao dólar norte-americano. Essa limitação define o teto ou a exposição cambial máxima permitida à Sociedade e a suas controladas com relação ao dólar norte-americano.

Em 31 de março de 2012, o balanço patrimonial da controladora e consolidado inclui contas denominadas em moeda estrangeira que, em conjunto, representam um passivo de R\$429.650 e R\$435.437, respectivamente (em 31 de dezembro de 2011, R\$438.667 e R\$444.894, respectivamente). Essas contas constituídas por empréstimos e financiamentos, na sua totalidade em 31 de março de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, são protegidas com derivativos do tipo “swap”.

Instrumentos derivativos para proteção do risco de câmbio

A Sociedade classifica os derivativos em “financeiros” e “operacionais”. Os “financeiros” são derivativos do tipo “swap” ou “forwards” contratados para proteger o risco cambial dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira. Os “operacionais” são derivativos (geralmente “forwards”) contratados para proteger o risco cambial dos fluxos de caixa operacionais do negócio.

Em 31 de março de 2012, os contratos em aberto de “swap” e “forward” têm vencimentos entre janeiro de 2013 e janeiro de 2018, foram celebrados com contrapartes representadas pelos bancos Bank of America (62%), Bradesco (25%), Brasil (12%) e HSBC (1%) e estão assim compostos:

Notas Explicativas S.A.Derivativos “financeiros” - controladora

Descrição	Valor principal		Valor justo		Ganho (perda) do exercício	
	03/2012	12/2011	03/2012	12/2011	03/2012	12/2011
Contratos de “swap” (1):						
Ponta ativa:						
Posição comprada dólar	<u>396.002</u>	<u>396.938</u>	<u>430.914</u>	<u>435.094</u>	<u>21.753</u>	<u>28.184</u>
Ponta passiva:						
Taxa CDI pós-fixada:						
Posição vendida no CDI	<u>396.002</u>	<u>396.938</u>	<u>409.160</u>	<u>406.910</u>	<u> -</u>	<u> -</u>

Derivativos “financeiros” - consolidado

Descrição	Valor principal		Valor justo		Ganho (perda) do exercício	
	03/2012	12/2011	03/2012	12/2011	03/2012	12/2011
Contratos de “swap” (1):						
Ponta ativa:						
Posição comprada dólar	<u>403.450</u>	<u>404.662</u>	<u>438.203</u>	<u>442.574</u>	<u>22.063</u>	<u>28.626</u>
Ponta passiva:						
Taxa CDI pós-fixada:						
Posição vendida no CDI	<u>403.450</u>	<u>404.662</u>	<u>416.140</u>	<u>413.947</u>	<u> -</u>	<u> -</u>

(1) As operações de “swap” financeiros consistem na troca da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI pós-fixado.

O valor principal representa os valores dos derivativos contratados. O valor justo refere-se ao valor reconhecido no balanço dos derivativos contratados ainda em aberto nas datas dos balanços.

Para os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Sociedade e por suas controladas em 31 de março de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, devido ao fato de os contratos serem efetuados diretamente com instituições financeiras e não por meio da BM&FBOVESPA, não há margens depositadas como garantia das referidas operações.

Análise de sensibilidade

Para análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos “financeiros”, a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os ativos e passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio registrados no balanço patrimonial, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (*)	429.650	435.437
Contas a receber em moeda estrangeira	-	(5.390)
Contas a pagar em moeda estrangeira	8.649	11.356
Valor principal dos derivativos “financeiros”	(426.668)	(430.560)
Exposição passiva líquida	<u>11.631</u>	<u>10.843</u>

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

(*) O valor apresentado não considera o empréstimo de sua controlada no Peru, no valor de R\$35.305. A Administração entende que não há exposição cambial sobre esse passivo, pois este será liquidado pela própria controlada com recursos provenientes de suas operações naquele país, portanto, na mesma moeda em que a dívida foi captada.

A seguir estão demonstrados o ganho (perda) que teriam sido reconhecidos no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2012 de acordo com os seguintes cenários:

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>			
	<u>Risco da Sociedade</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Exposição passiva líquida	Alta do dólar	(165)	(2.908)	(5.815)

<u>Descrição</u>	<u>Consolidado</u>			
	<u>Risco da Sociedade</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Exposição passiva líquida	Alta do dólar	(154)	(2.711)	(5.422)

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano, conforme cotações obtidas na BM&FBOVESPA nas datas previstas dos vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio. Os cenários II e III consideram uma alta do dólar norte-americano de 25% (R\$2,28/US\$1,00) e de 50% (R\$2,73/US\$1,00), respectivamente. Os cenários provável, II e III estão sendo apresentados em atendimento à Instrução CVM nº 475/08. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações.

A Sociedade e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação.

ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de aplicações financeiras e de empréstimos. Os instrumentos financeiros emitidos a taxas variáveis expõem a Sociedade e suas controladas ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros. Os instrumentos financeiros emitidos às taxas prefixadas expõem a Sociedade e suas controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

O risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros da Sociedade decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos emitidos a taxas pós-fixadas. A Administração da Sociedade tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, CDI e taxas prefixadas, conforme contratos firmados com as instituições financeiras e por meio de negociações de valores mobiliários com investidores desse mercado.

Notas Explicativas S.A.

A Administração da Sociedade entende como baixo o risco de grandes variações no CDI e na TJLP nos próximos 12 meses, levando em conta a estabilidade promovida pela atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos. Dessa forma, não tem contratado derivativos para proteger esse risco.

A Sociedade e suas controladas têm como política contratar derivativos do tipo “swap”, com o objetivo de mitigar os riscos das operações de empréstimos e financiamentos contratadas com indexador distinto do CDI, da TJLP e das taxas prefixadas. No entanto, em 31 de março de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 a Sociedade e suas controladas não tinham esse tipo de derivativo, por considerarem o risco baixo, conforme descrito anteriormente.

Análise de sensibilidade

Conforme mencionado anteriormente no item “Risco cambial”, em 31 de março de 2012 quase a totalidade dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira possuem contratos de “swap”, trocando a indexação do passivo de moeda estrangeira para a variação do CDI, devido à política da Sociedade de proteção de riscos cambiais. Dessa forma, o risco da Sociedade passa a ser a exposição à variação do CDI. A seguir está apresentada a exposição a risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI e da TJLP, incluindo as operações com derivativos:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Total dos empréstimos e financiamentos - em moeda local (nota explicativa nº 14)	(439.035)	(653.331)
Operações com derivativos atrelados ao CDI e à TJLP	(429.650)	(435.437)
Aplicações financeiras (notas explicativas n 5 e 11)	<u>296.239</u>	<u>514.028</u>
Exposição passiva líquida	<u>(572.446)</u>	<u>(574.740)</u>

A análise de sensibilidade considera a exposição dos empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP, líquidos das aplicações financeiras, também indexadas ao CDI (nota explicativa nº 5).

As tabelas seguintes demonstram a perda (ganho) incremental que teria sido reconhecida(o) no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2012 de acordo com os seguintes cenários:

<u>Descrição</u>	<u>Risco da Sociedade</u>	<u>Controladora</u>		
		<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Passivo líquido	Alta da taxa	<u>1.259</u>	<u>(13.624)</u>	<u>(27.248)</u>

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

<u>Descrição</u>	<u>Risco da Sociedade</u>	<u>Consolidado</u>		
		<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Passivo líquido	Alta da taxa	<u>1.264</u>	<u>(13.679)</u>	<u>(27.358)</u>

O cenário provável considera as taxas futuras de juros conforme cotações obtidas na BM&FBOVESPA nas datas previstas dos vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição às taxas de juros. Os cenários II e III consideram uma alta das taxas de juros em 25% (11,9% ao ano) e 50% (14,3% ao ano), respectivamente.

b) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Sociedade a incorrer em perdas financeiras. As vendas da Sociedade e de suas controladas são efetuadas para um grande número de Consultores(as) Natura e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa”, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

A Sociedade e suas controladas estão sujeitas também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios, principalmente, representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos derivativos.

A Sociedade considera baixo o risco de crédito das operações que mantém em instituições financeiras com as quais opera, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da Sociedade elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

c) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Sociedade considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas.

O valor contábil consolidado dos passivos financeiros, mensurados pelo método do custo amortizado, e seus correspondentes vencimentos são demonstrados a seguir:

Notas Explicativas Cosméticos S.A.

Controladora em 31 de março de 2012	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Total	Efeito do desconto	Valor contábil 2011
Circulante:							
Empréstimos e financiamentos	66.016	-	-	-	66.016	(38.565)	27.451
Fornecedores	109.092	-	-	-	109.092	-	109.092
Derivativos	18.243	-	-	-	18.243	3.510	21.753
Não circulante:							
Empréstimos e financiamentos	-	797.896	49.886	77.802	925.584	(84.350)	841.234
Consolidado em 31 de março de 2012	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Total	Efeito do desconto	Valor contábil 2011
Circulante:							
Empréstimos e financiamentos	188.905	-	-	-	188.905	(52.124)	136.781
Fornecedores	428.285	-	-	-	428.285	-	428.285
Derivativos	18.527	-	-	-	18.527	3.536	22.063
Não circulante:							
Empréstimos e financiamentos	-	870.323	131.266	88.884	1.090.473	(103.181)	987.292

4.3. Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Sociedade monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado) subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. A dívida líquida a seguir demonstrada não considera os ajustes dos derivativos contratados para mitigar o risco cambial.

Os índices de alavancagem financeira consolidados em 31 de março de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	03/2012	12/2011	03/2012	12/2011
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos	868.685	918.973	1.124.073	1.186.699
Caixa e equivalentes de caixa	<u>(309.898)</u>	<u>(166.007)</u>	<u>(587.468)</u>	<u>(515.610)</u>
Dívida líquida	<u>558.787</u>	<u>752.966</u>	<u>536.605</u>	<u>671.089</u>
Patrimônio líquido	<u>928.104</u>	<u>1.250.244</u>	<u>928.105</u>	<u>1.250.245</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>60,20%</u>	<u>60,23%</u>	<u>57,81%</u>	<u>53,68%</u>

4.4. Estimativa de valores justos

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

acordo com a seguinte hierarquia:

- **Nível 1:** Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2:** Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3:** Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Em 31 de março de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a mensuração da totalidade dos derivativos da Sociedade e de suas controladas corresponde às características do Nível 2. O valor justo dos derivativos de câmbio (“swap” e “forwards”) é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente.

Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

Aplicações financeiras

Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos, exceto aqueles atrelados à taxa prefixada, aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em virtude de a TJLP ter correlação com o CDI e ser uma taxa pós-fixada.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos contratados com juros prefixados correspondem a valores próximos aos saldos contábeis divulgados na nota explicativa nº 14.

Contas a receber e fornecedores

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Notas Explicativas Naturacos S.A.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Caixa e bancos	13.659	27.929	80.221	98.208
Aplicações financeiras - CDBs pós-fixados	<u>296.239</u>	<u>138.078</u>	<u>507.247</u>	<u>417.402</u>
	<u>309.898</u>	<u>166.007</u>	<u>587.468</u>	<u>515.610</u>

Em 31 de março de 2012, os Certificados de Depósito Bancário - CDBs são remunerados por taxas que variam entre 100,0% e 101,1% (100,0% e 101,5% em 31 de dezembro de 2011) do CDI.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Contas a receber de clientes	485.087	591.480	594.919	706.861
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(59.109)</u>	<u>(56.171)</u>	<u>(68.602)</u>	<u>(64.989)</u>
	<u>425.978</u>	<u>535.309</u>	<u>526.317</u>	<u>641.872</u>

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
A vencer	368.770	452.392	457.521	543.472
Vencidos:				
Até 30 dias	64.858	102.107	75.601	117.560
De 31 a 60 dias	15.773	14.029	17.542	16.254
De 61 a 90 dias	12.981	9.950	14.629	13.306
De 91 a 180 dias	<u>22.705</u>	<u>13.002</u>	<u>29.626</u>	<u>16.269</u>
	<u>485.087</u>	<u>591.480</u>	<u>594.919</u>	<u>706.861</u>

O saldo da rubrica “Contas a receber de clientes” no consolidado está predominantemente denominado em reais, com aproximadamente 88% do saldo em aberto em 31 de março de 2012 (89% em 31 de dezembro de 2011), sendo o saldo remanescente denominado em moedas diversas e formado pelas vendas das controladas do exterior.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para o trimestre findo em 31 de março de 2012 está assim representada:

Controladora			Consolidado				
<u>Saldo em 12/2011</u>	<u>Adições (a)</u>	<u>Baixas (b)</u>	<u>Saldo em 03/2012</u>	<u>Saldo em 12/2011</u>	<u>Adições (a)</u>	<u>Baixas (b)</u>	<u>Saldo em 03/2012</u>
<u>(56.171)</u>	<u>(23.455)</u>	<u>20.517</u>	<u>(59.109)</u>	<u>(64.989)</u>	<u>(26.076)</u>	<u>22.463</u>	<u>(68.602)</u>

(a) Provisão constituída conforme a nota explicativa nº 2.7, divulgadas na nota explicativa nº 2 às demonstrações

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

contábeis anuais da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, divulgadas em 15 de fevereiro de 2012.

- (b) Compostas por títulos vencidos há mais de 180 dias, baixados em virtude do não recebimento.

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica “Despesas com vendas” na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa” são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título.

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações contábeis é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento líquida da provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme demonstrado no quadro de saldos a receber por idade de vencimento. A Sociedade e suas controladas não mantêm nenhuma garantia para os títulos em atraso.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	03/2012	12/2011	03/2012	12/2011
Produtos acabados	231.261	219.626	605.470	565.739
Matérias-primas e materiais de embalagem	-	-	164.342	149.806
Material promocional	29.599	18.560	71.610	52.288
Produtos em elaboração	-	-	18.535	16.314
Provisão para perdas	(14.119)	(20.280)	(92.083)	(95.399)
	<u>246.741</u>	<u>217.906</u>	<u>767.874</u>	<u>688.748</u>

A movimentação da provisão para perdas na realização dos estoques para o trimestre findo em 31 de março de 2012 está assim representada:

Controladora				Consolidado			
Saldo em 12/2011	Reversões (a)	Baixas (b)	Saldo em 03/2012	Saldo em 12/2011	Adições (a)	Baixas (b)	Saldo em 03/2012
(20.280)	<u>3.893</u>	<u>2.268</u>	(14.119)	(95.399)	(22.140)	<u>25.456</u>	(92.083)

- (a) Referem-se à constituição e/ou reversão de provisão para perdas por descontinuidade, validade e qualidade, para cobrir as perdas esperadas na realização dos estoques, de acordo com a política estabelecida pela Sociedade.
- (b) Compostas pelas baixas dos produtos descartados pela Sociedade e por suas controladas.

Notas Explicativas Cosméticos S.A.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	03/2012	12/2011	03/2012	12/2011
ICMS a compensar sobre aquisição de insumos	-	-	180.289	154.942
ICMS - ST a ressarcir sobre vendas interestaduais - SP (a)	868	8.296	868	8.296
Impostos a compensar - controladas no exterior	-	-	22.781	22.170
ICMS a compensar sobre aquisição de ativo imobilizado	14.529	15.428	23.037	24.318
PIS e COFINS a compensar sobre aquisição de ativo imobilizado	-	-	4.141	7.376
PIS e COFINS a compensar sobre aquisição de insumos	50.841	45.012	73.900	68.187
PIS e COFINS oriundo de ganho de processo judicial (b)	11.887	11.887	16.852	16.852
IRPJ e CSLL a compensar	29	728	4.304	3.236
PIS, COFINS e CSLL - retidos na fonte	-	-	1.945	2.024
Outros	775	365	6.272	8.834
Provisão para deságio na alienação de créditos de ICMS	-	-	(3.530)	(3.376)
	<u>78.929</u>	<u>81.716</u>	<u>330.859</u>	<u>312.859</u>
Circulante	<u>66.777</u>	<u>69.417</u>	<u>220.846</u>	<u>201.620</u>
Não circulante	<u>12.152</u>	<u>12.299</u>	<u>110.013</u>	<u>111.239</u>

- (a) Refere-se ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - Substituição Tributária - ICMS - ST que vem sendo mensalmente destacado e retido nas operações de venda realizadas pela Sociedade e por sua controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., com mercadorias destinadas a clientes localizados em outras Unidades da Federação (Estados e Distrito Federal) que não o Estado de São Paulo, conforme legislação fiscal do Estado de São Paulo, vigentes desde fevereiro de 2008. A Sociedade obteve em 2010 com a Secretaria da Fazenda - Sefaz um regime especial que permite a compensação dos referidos créditos através de um mecanismo denominado "Via Rápida" ("Fast Track"), no qual os créditos são compensados no mês seguinte ao da apuração, amparados por carta de fiança bancária de 1,5 vezes o valor do crédito.
- (b) O montante demonstrado refere-se ao reconhecimento de crédito tributário de Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS oriundo de ganho de processo judicial que questionava a inconstitucionalidade e ilegalidade da majoração da base de cálculo das contribuições citadas, instituídas pela Lei nº 9.718/98. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 17.(a) (ativos contingentes).

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Diferidos**

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias na controladora e nas controladas. Esses créditos são mantidos no ativo não circulante, conforme regulamentação do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Os valores são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	03/2012	12/2011	03/2012	12/2011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 6)	20.097	19.098	20.097	19.098
Provisão para perdas nos estoques (nota explicativa nº 7)	4.800	6.895	26.596	28.219
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 17)	17.992	17.743	37.092	36.896
Não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (nota explicativa nº 17)	634	620	41.593	39.173
Passivo atuarial - plano de assistência médica aposentados (nota explicativa nº 18)	6.752	6.573	9.844	9.565
(Ganhos) perdas decorrentes das mudanças no valor justo dos instrumentos derivativos (nota explicativa nº 24)	(7.396)	(9.583)	(7.501)	(9.733)
Provisão de ICMS - ST - PR, DF, MS MT e RJ (nota explicativa nº 16)	10.087	8.247	10.087	8.247
Provisões para perdas na realização de adiantamentos a fornecedores	2.403	1.992	2.548	2.137
Provisões para obrigações contratuais	2.185	1.439	3.518	2.713
Provisão para deságio na cessão de créditos de ICMS	-	-	1.200	1.148
Provisões para repartição de benefícios e parcerias a pagar	6.929	6.178	6.929	6.178
Diferenças temporárias das operações internacionais	-	-	10.602	9.681
Provisões para participação nos resultados	4.280	3.955	8.586	10.947
Ajuste de taxa de depreciação - vida útil (Regime Tributário de Transição - RTT)	1.723	1.420	(7.266)	(6.989)
Outras diferenças temporárias	<u>21.772</u>	<u>15.568</u>	<u>38.693</u>	<u>32.272</u>
	<u>92.258</u>	<u>80.145</u>	<u>202.618</u>	<u>189.552</u>

A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados serão integralmente realizados em até cinco exercícios.

A expectativa da Administração para realização dos créditos tributários está apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2012	55.952	118.148
2013	4.398	6.438
2014	5.764	47.862
2015 em diante	<u>26.144</u>	<u>30.170</u>
	<u>92.258</u>	<u>202.618</u>

Sobre as controladas da Sociedade no exterior, exceto pelas operações da Argentina e do Peru que apresentam lucro tributável, as demais controladas não apresentam créditos tributários registrados em suas informações intermediárias sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias devido à ausência de histórico de lucros tributáveis e

Notas Explicativas Cosméticos S.A.

projeções de lucros tributáveis para os próximos exercícios.

Em 31 de dezembro de 2011, os valores dos créditos tributários, calculados às alíquotas vigentes nos respectivos países onde se situam as controladas, são demonstrados conforme segue:

Diferenças temporárias totais

Prejuízos fiscais:

Argentina	9.533
Chile	82.379
México	110.771
Colômbia	73.980
França	110.678

Exceto pelas controladas na Argentina e no México, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais gerados pelas demais controladas não possuem prazo para serem compensados. Para tais controladas, os créditos tributários possuem os seguintes prazos para compensação:

	<u>Argentina</u>	<u>México</u>
2012	3.060	-
2013	4.564	-
2014	-	11
2015	1.909	7.434
2016 em diante	<u>-</u>	<u>103.326</u>
	<u>9.533</u>	<u>110.771</u>

b) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	214.435	208.615	223.434	229.097
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	(72.908)	(70.929)	(75.968)	(77.893)
Benefício dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica - Lei nº 11.196/05 (*)	5.293	3.936	5.293	3.936
Incentivos fiscais	927	620	1.498	1.498
Equivalência patrimonial (nota explicativa nº 12)	175	2.222	-	-
Crédito fiscal não constituído sobre prejuízos fiscais gerados por controladas no exterior	-	-	(5.156)	(9.959)
Regime Tributário de Transição - RTT (Medida Provisória nº 449/08) - ajustes da Lei nº 11.638/07	97	87	(493)	(218)
Outras diferenças permanentes	<u>3.470</u>	<u>5.966</u>	<u>2.881</u>	<u>4.056</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(62.946)</u>	<u>(58.098)</u>	<u>(71.945)</u>	<u>(78.580)</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(75.060)	(69.374)	(85.011)	(100.711)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	12.114	11.276	13.066	22.131
Taxa efetiva - %	29,4	27,8	32,2	34,3

(*) Refere-se ao benefício fiscal instituído pela Lei nº 11.196/05, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social do valor correspondente a 60% do

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida Lei.

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferido no período é conforme segue:

Controladora			Consolidado		
Saldo em	Débito/ (Crédito)	Saldo em	Saldo em	Débito/ (Crédito)	Saldo em
<u>12/2011</u>	<u>no resultado</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>no resultado</u>	<u>03/2012</u>
<u>80.145</u>	<u>(12.113)</u>	<u>92.258</u>	<u>189.552</u>	<u>(13.066)</u>	<u>202.618</u>

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Sociedade e de suas controladas e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas.

Os depósitos judiciais mantidos pela Sociedade e por suas controladas em 31 de março de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 estão assim representados:

	Controladora		Consolidado	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
ICMS - ST (nota explicativa nº 17.(a) (passivos contingentes))	83.660	80.304	83.660	80.304
ICMS - ST exigibilidade suspensa (nota explicativa nº 16.(b))	98.368	88.521	98.368	88.521
Outras obrigações tributárias provisionadas (nota explicativa nº 16.(e) e (g))	9.614	9.434	52.906	52.024
Outras obrigações tributárias com exigibilidade suspensa (nota explicativa nº 17.(c))	11.071	10.955	11.071	10.955
Processos tributários sem provisão	30.237	34.373	34.154	38.254
Processos tributários provisionados (nota explicativa nº 17)	9.969	9.952	11.554	11.515
Processos cíveis sem provisão	1.037	1.016	1.128	1.108
Processos cíveis provisionados (nota explicativa nº 17)	1.891	1.886	1.998	1.992
Processos trabalhistas sem provisão	6.446	5.844	7.752	6.999
Processos trabalhistas provisionados (nota explicativa nº 17)	<u>2.665</u>	<u>2.653</u>	<u>4.460</u>	<u>4.167</u>
	<u>254.958</u>	<u>244.938</u>	<u>307.051</u>	<u>295.839</u>

Notas Explicativas Naturacos S.A.**11. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES**

	Controladora		Consolidado	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Adiantamento para propaganda	105.680	111.690	107.152	112.666
Ativos destinados à venda	-	-	17.752	17.752
Seguros	888	1.829	1.206	2.464
Caixa restrito - CDB (*)	-	-	6.781	6.757
Outros	<u>15.356</u>	<u>6.371</u>	<u>33.179</u>	<u>17.079</u>
	<u>121.924</u>	<u>119.890</u>	<u>166.070</u>	<u>156.718</u>
Circulante	<u>118.424</u>	<u>115.328</u>	<u>137.587</u>	<u>126.783</u>
Não circulante	<u>3.500</u>	<u>4.562</u>	<u>28.483</u>	<u>29.935</u>

(*) Este saldo refere-se a um bloqueio para garantia de uma execução fiscal por meio da qual se pretende cobrar o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI referente ao mês de julho de 1989, quando da equiparação dos estabelecimentos comerciais atacadistas a estabelecimento industrial pela Lei nº 7.798/89. O processo encontra-se no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (SP), para julgamento do recurso de apelação da executada. Com base na análise efetuada pelos assessores legais da Sociedade, a probabilidade de perda desse processo é possível.

12. INVESTIMENTOS

	Controladora	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Investimentos em controladas e controladas em conjunto	<u>1.261.864</u>	<u>1.253.721</u>

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

Informações e movimentação dos saldos para o trimestre findo em 31 de março de 2012

	Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	Natura Cosméticos S.A. - Chile		Natura Cosméticos S.A. - Peru		Natura Cosméticos S.A. - Argentina		Natura Cosméticos C.A. - Venezuela		Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.		Natura Cosméticos de México S.A. (*)		Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia		Natura (Brasil) Internacional B.V. - Cosméticos Holanda (*)		Total	
		Saldos	%	Saldos	%	Saldos	%	Saldos	%	Saldos	%	Saldos	%	Saldos	%	Saldos	%		Saldos
Capital social	526.155	106.793	13.621	101.345	6.420	5.008	204.023	77.187	80.128	73	1.120.753								
Percentual de participação	99,99%	99,99%	99,94%	99,97%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	100,00%	100,00%	100,00%	
Patrimônio líquido das controladas	1.074.237	20.374	134	68.170	297	32.446	46.138	11.730	8.335	106	1.261.967								
Participação no patrimônio líquido	1.074.129	20.372	133	68.150	297	32.443	46.133	11.729	8.335	106	1.261.827								
Lucro líquido (prejuízo) do período das controladas	12.723	(753)	(1.287)	(1.251)	-	3.024	(4.073)	(4.906)	(2.966)	-	511								
<u>Valor contábil dos investimentos</u>																			
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.060.333	20.383	1.485	72.825	306	28.809	47.596	13.434	8.444	106	1.253.721								
Resultado de equivalência patrimonial	12.723	(753)	(1.286)	(1.251)	-	3.024	(4.072)	(4.905)	(2.966)	-	514								
Varição cambial e outros ajustes na conversão dos investimentos das controladas no exterior	-	742	(65)	(3.424)	(9)	(51)	2.609	247	(892)	-	(843)								
Contribuição da controladora para planos de opções de ações concedidos a executivos de controladas e outras reservas	1.073	-	-	-	-	661	-	-	-	-	1.734								
Aumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-								
Saldos em 31 de março de 2012	<u>1.074.129</u>	<u>20.372</u>	<u>134</u>	<u>68.150</u>	<u>297</u>	<u>32.443</u>	<u>46.133</u>	<u>11.729</u>	<u>8.335</u>	<u>142</u>	<u>1.261.864</u>								

(*) Informações consolidadas das seguintes empresas:

Natura Cosméticos de México S.A.: Natura Cosméticos y Servicios de México, S.A. de C.V., Natura Cosméticos de México, S.A. de C.V. e Natura Distribuidora de México, S.A. de C.V.Natura (Brasil) Internacional B.V. - Holanda: Natura (Brasil) Internacional B.V. (Holanda), Natura Brasil Inc. (EUA - Delaware), Natura International Inc. (EUA - Nevada), Natura Worldwide Trading Company (Costa Rica), Natura Europa SAS (França) e Natura Brasil SAS (França)Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.: Ybios S.A. e Natura Innovation et Technologie de Produits SAS. - França

Notas Explicativas

[página intencionalmente deixada em branco]

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

IMOBILIZADO	Taxa média ponderada anual de depreciação - %	Controladora					
		03/2012			12/2011		
		Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual
Veículos	21	38.749	(19.862)	18.887	39.010	(16.991)	22.019
Benfeitorias em propriedade de terceiros (a)	15	36.930	(13.237)	23.693	35.419	(11.844)	23.575
Máquinas e equipamentos	4	116.130	(9.657)	106.473	114.844	(7.421)	107.423
Edifícios	-	56.694	-	56.694	56.694	-	56.694
Móveis e utensílios	7	11.940	(3.206)	8.734	11.633	(3.006)	8.627
Equipamentos de informática	18	44.987	(9.856)	35.131	50.867	(7.024)	43.843
Projetos em andamento	-	80.007	-	80.007	67.843	-	67.843
Adiantamentos a Fornecedores	-	428	-	428	2.191	-	2.191
		<u>385.865</u>	<u>(55.818)</u>	<u>330.047</u>	<u>378.501</u>	<u>(46.286)</u>	<u>332.215</u>

INTANGÍVEL	Taxa média ponderada anual de amortização - %	Controladora					
		03/2012			12/2011		
		Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor residual	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor residual
Softwares e outros	17	94.566	(21.886)	72.680	88.848	(17.356)	71.492
Créditos de carbono (c)	-	7.890	-	7.890	7.437	-	7.437
		<u>102.456</u>	<u>(21.886)</u>	<u>80.570</u>	<u>96.285</u>	<u>(17.356)</u>	<u>78.929</u>

IMOBILIZADO	Taxa média ponderada anual de depreciação - %	Consolidado					
		03/2012			12/2011		
		Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual
Máquinas e equipamentos	6	416.856	(152.190)	264.666	410.901	(145.342)	265.559
Edifícios	4	207.836	(61.917)	145.919	207.836	(60.400)	147.436
Instalações	9	133.354	(75.567)	57.787	132.919	(73.512)	59.407
Terrenos	-	27.214	-	27.214	27.214	-	27.214
Moldes	30	118.352	(91.468)	26.884	116.068	(87.966)	28.102
Veículos	21	59.869	(26.053)	33.816	59.490	(22.430)	37.060
Equipamentos de informática	19	80.785	(27.408)	53.377	76.305	(23.933)	52.372
Móveis e utensílios	11	34.094	(12.492)	21.602	32.976	(11.937)	21.039
Benfeitorias em propriedade de terceiros (a)	15	52.228	(20.559)	31.669	50.599	(18.581)	32.018
Projetos em andamento	-	87.228	-	87.228	80.563	-	80.563
Adiantamentos a fornecedores	-	45.396	-	45.396	47.724	-	47.724
Outros	3	4.193	(2.226)	1.967	4.196	(2.256)	1.940
		<u>1.267.405</u>	<u>(469.880)</u>	<u>797.525</u>	<u>1.246.791</u>	<u>(446.357)</u>	<u>800.434</u>

INTANGÍVEL	Taxa média ponderada anual de amortização - %	Consolidado					
		03/2012			12/2011		
		Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor residual	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor residual
Softwares	18	192.703	(41.758)	150.945	182.890	(32.676)	150.214
Créditos de carbono (c)	-	7.890	-	7.890	7.437	-	7.437
Fundo de comércio - Natura Europa SAS - França (b)	-	5.065	-	5.065	5.074	-	5.074
Marcas e patentes	10	1.649	(1.649)	-	1.652	(1.623)	29
		<u>207.307</u>	<u>(43.407)</u>	<u>163.900</u>	<u>197.053</u>	<u>(34.299)</u>	<u>162.754</u>

(a) As taxas de amortização consideram os prazos de aluguel dos imóveis arrendados, os quais variam de três a cinco anos.

Notas Explicativas

- (b) O fundo de comércio gerado na compra da Natura Europa SAS - França está fundamentado na existência de ponto comercial em que esta se localiza, conforme laudo de avaliação emitido por peritos independentes, com sustentação de tratar-se de um ativo intangível, comercializável, que não sofre perda de valor em virtude da passagem do tempo. A variação ocorrida no saldo, entre 31 de março de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, deve-se exclusivamente aos efeitos da variação cambial.
- (c) Programa Carbono Neutro (nota explicativa nº 2.11.3) das demonstrações anuais divulgadas em 15 de fevereiro de 2012.

Informações adicionais sobre o imobilizado e intangível:

a) Bens dados em garantia e penhora

Em 31 de março de 2012, a Sociedade e suas controladas possuíam bens do imobilizado dados como penhora e aval em operações de empréstimos e financiamentos bancários, bem como arrolados em defesa de processos judiciais, conforme os montantes demonstrados a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Veículos	100	100
Equipamentos de informática	491	1.077
Máquinas e equipamentos	<u>3</u>	<u>3</u>
Total	<u>594</u>	<u>1.180</u>

b) Arrendamentos mercantis (leasing)

A Sociedade efetuou no exercício de 2011 operação de arrendamento mercantil financeiro para aquisição de ativo imobilizado no valor de R\$56.694, na rubrica “Edifícios” e uma operação de ‘sale leaseback’ no valor de R\$24.537, na rubrica “Máquinas e equipamentos”. Em 31 de março de 2012, o saldo a pagar dessas operações, classificado na rubrica “Empréstimos e financiamentos” (nota explicativa nº 14), totaliza R\$77.839 (R\$79.673 em 31 de dezembro de 2011).

c) Saldo de juros capitalizados no ativo imobilizado

	<u>Consolidado</u>	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Edifícios	<u>1.473</u>	<u>1.479</u>

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

Mutações do imobilizado

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Saldos no início do trimestre/exercício	332.215	92.175	800.434	560.467
Adições (líquidas das transferências de projetos em andamento encerrados):				
Máquinas e equipamentos	1.287	28.373	5.823	45.037
Projetos em andamentos/adiantamentos a fornecedores	3.574	114.902	7.911	165.726
Veículos	989	15.069	2.298	21.031
Moldes	-	-	2.259	15.344
Instalações	-	-	564	6.112
Equipamentos de informática	451	40.611	824	11.377
Móveis e utensílios	405	4.176	1.095	5.679
Outras	<u>1.412</u>	<u>4.777</u>	<u>1.503</u>	<u>5.524</u>
	8.118	207.908	22.277	275.830
Leasing	-	56.694	-	56.694
Depreciação	(9.774)	(20.814)	(24.459)	(84.108)
Transferências e baixas líquidas	<u>(512)</u>	<u>(3.748)</u>	<u>(727)</u>	<u>(8.449)</u>
Saldos no fim do trimestre/exercício	<u>330.047</u>	<u>332.215</u>	<u>797.525</u>	<u>800.434</u>

Mutações do intangível

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Saldos no início do trimestre/exercício	78.929	18.586	162.754	120.073
Adições:				
Softwares (inclui gastos com implementação)	6.319	64.993	10.339	66.402
Créditos de carbono	<u>452</u>	<u>4.135</u>	<u>452</u>	<u>4.135</u>
	6.771	69.128	10.791	70.537
Transferências e baixas líquidas	(920)	(2.034)	(614)	(2.043)
Amortização	<u>(4.210)</u>	<u>(6.751)</u>	<u>(9.031)</u>	<u>(25.813)</u>
Saldos no fim do trimestre/exercício	<u>80.570</u>	<u>78.929</u>	<u>163.900</u>	<u>162.754</u>

Notas Explicativas

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado		Referência
	03/2012	12/2011	03/2012	12/2011	
<u>Moeda local</u>					
BNDES - EXIM	-	-	64.316	67.607	A
Financiadora de Estudos e Projetos					
FINEP	-	-	24.036	27.106	B
Debêntures	362.598	353.256	362.598	353.256	C
BNDES	20.214	21.708	135.922	141.689	D
Capital de giro	-	48.613	-	48.613	E
BNDES - FINAME	-	-	7.027	7.336	F
Banco do Brasil - Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT Fomentar	-	-	2.370	2.697	G
Arrendamentos mercantis - financeiros	56.223	56.729	56.223	56.729	H
FINEP subvenção	-	-	839	289	I
Total em moeda local	<u>439.035</u>	<u>480.306</u>	<u>653.331</u>	<u>705.322</u>	
<u>Moeda estrangeira</u>					
BNDES	4.188	4.486	9.975	10.713	J
Resolução nº 4.131/62	403.846	411.237	403.846	411.237	K
Operação internacional - Peru	-	-	35.305	36.483	L
Arrendamentos mercantis - financeiros	<u>21.616</u>	<u>22.944</u>	<u>21.616</u>	<u>22.944</u>	M
Total em moeda estrangeira	<u>429.650</u>	<u>438.667</u>	<u>470.742</u>	<u>481.377</u>	
Total geral	<u>868.685</u>	<u>918.973</u>	<u>1.124.073</u>	<u>1.186.699</u>	
Circulante	<u>27.451</u>	<u>66.424</u>	<u>136.781</u>	<u>168.962</u>	
Não circulante	<u>841.234</u>	<u>852.549</u>	<u>987.292</u>	<u>1.017.737</u>	

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

Referência	Moeda	Vencimento	Encargos	Garantias
A	Real	Março de 2014	Juros de 2,5% a.a. + TJLP	Aval da controladora Natura Cosméticos S.A.
B	Real	Março de 2013 e maio 2019	TJLP para a parcela com vencimento em 2013 e 5% e para parcela com vencimento em maio de 2019	Aval da controladora Natura Cosméticos S.A. e carta de fiança bancária
C	Real	Maio de 2013	Juros de 108% do CDI com vencimento em maio de 2013	Não há
D	Real	Janeiro de 2018	TJLP + juros de 0,7% a 2,8% a.a. para a parcela com vencimento em março de 2016 e 2,3% para a parcela com vencimento em 2018.	Carta de fiança bancária
E	Real	Janeiro de 2012	105,5% do CDI a.a. + IOF (b)	Aval da controladora Natura Cosméticos S.A.
F	Real	Setembro de 2016	Juros de 4,5% a.a. + TJLP	Alienação fiduciária, aval da controladora Natura Cosméticos S.A. e notas promissórias
G	Real	Fevereiro de 2014	Juros de 4,4% a.a. + TJLP	Alienação fiduciária, aval da controladora Natura Cosméticos S.A. e notas promissórias
H	Real	Até agosto de 2026	Juros de 108,0% da taxa DI - CETIP (c)	Alienação fiduciária dos bens objeto dos contratos de arrendamento mercantil
I	Real	Dezembro de 2012	Não há	Não há
J	Dólar	Janeiro de 2018	Variação cambial + 1,8% a.a. + Resolução nº 635 (a)	Aval da Natura Cosméticos S.A. e carta de fiança bancária
K	Dólar	Outubro de 2013	Variação cambial + juros de 1,87% a 3,89% a.a. (a)	Aval da controladora Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.
L	Novo sol	Dezembro de 2012	Juros de 5,2% a.a.	Carta de fiança bancária
M	Dólar	Dezembro de 2016	Variação cambial + juros de 3,87% a.a. (a)	Alienação fiduciária dos bens objeto dos contratos

(a) Empréstimos e financiamentos para os quais foram contratados instrumentos financeiros do tipo "swap" com a troca da indexação da moeda estrangeira para CDI.

(b) IOF - Imposto sobre Operações Financeiras.

(c) DI - CETIP - índice diário calculado a partir da taxa média DI, divulgada pela Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

Notas Explicativas

[página intencionalmente deixada em branco]

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
2013	761.106	771.468	810.815	840.496
2014	10.947	11.067	48.063	48.132
2015	8.252	8.364	38.352	38.413
2016 em diante	<u>60.929</u>	<u>61.650</u>	<u>90.062</u>	<u>90.696</u>
	<u>841.234</u>	<u>852.549</u>	<u>987.292</u>	<u>1.017.737</u>

Os contratos de empréstimos bancários vigentes são como segue:

a) Descrição dos empréstimos bancários

1. Programas BNDES - EXIM: Pré-embarque e Pré-embarque Especial

A controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. é beneficiária dos programas de financiamento na fase pré-embarque para a exportação de bens e serviços com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Em regra, os requisitos para a participação nos referidos programas são: (i) possuir crédito aprovado com a instituição financeira que celebrará o contrato de financiamento; e (ii) fabricar produtos com um índice mínimo de nacionalização de 60%.

2. Contratos de financiamento com o BNDES

A Sociedade e suas controladas Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., Natura Logística e Serviços Ltda. e Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. possuem contratos de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNDES para viabilizar investimentos diretos na Sociedade e em suas controladas, como, por exemplo, aperfeiçoamento de determinadas linhas de produtos, capacitação da área de pesquisa e desenvolvimento, otimização das linhas de separação de produtos do parque industrial de Cajamar - SP e implementação de novos centros de distribuição, bem como adequação administrativa da unidade de Itapeverica da Serra - SP e aquisição de equipamentos necessários para esses fins.

3. Contrato de financiamento com a FINEP

A controlada Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. possui programas de inovação que buscam o desenvolvimento e a aquisição de novas tecnologias por meio de parcerias com universidades e centros de pesquisa no Brasil e no exterior. Tais programas de inovação têm o apoio de programas de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico com a FINEP, que viabiliza e/ou cofinancia equipamentos, bolsas científicas e material de pesquisa para as universidades participantes.

Tais recursos foram destinados ao custeio parcial dos investimentos incorridos na elaboração dos projetos “Plataformas de Tecnologia para Novos Produtos Cosméticos e Suplementos Nutricionais” e “Pesquisa e Inovação para o Desenvolvimento de Novos Produtos Cosméticos”.

Notas Explicativas

4. Financiamento de Máquinas e Equipamentos - FINAME

A Sociedade é beneficiária de uma linha de crédito com o BNDES, relativa a operações de repasse de FINAME, um empréstimo destinado a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, concedido pelo BNDES. O mencionado repasse ocorre por meio da concessão de crédito à controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., gerando direitos de recebimento por parte da instituição financeira credenciada como agente financeiro, usualmente Banco Votorantim S.A., Banco Itaú Unibanco S.A., Banco do Brasil S.A. e HSBC Bank Brasil S.A., que contratam com a controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. as referidas operações de financiamento.

Os contratos firmados têm como garantia a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos. Figura como fiel depositário desses bens a própria controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., sendo a Sociedade a avalista. Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas ficaram obrigadas a cumprir as disposições aplicáveis aos contratos do BNDES e condições gerais reguladoras das operações relativas ao FINAME.

5. Resolução nº 4.131/62

Cédula de Crédito Bancário - Repasse de recursos captados no exterior por meio da Lei nº 4.131/62 por intermédio de instituições financeiras.

6. Debêntures

Primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$350.000, série única, sem garantia, bem como sem “covenants” financeiros, com valor nominal unitário de R\$1.000, segundo a Instrução CVM nº 476/09, emitidas em 26 de maio de 2010 e subscritas e integralizadas em 28 de maio de 2010, com pagamento de juros semestrais nos meses de maio e novembro, com vencimento de principal em 26 de maio de 2013.

b) Obrigações de arrendamento mercantil financeiro

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	12.231	12.633
Mais de um ano e menos de cinco anos	52.650	54.102
Mais de cinco anos	<u>76.779</u>	<u>78.800</u>
	141.660	145.535
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>(63.831)</u>	<u>(65.862)</u>
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	<u>77.839</u>	<u>79.673</u>
Saldo contábil dos ativos imobilizados leasing e ‘sale leaseback’	<u>79.768</u>	<u>80.378</u>

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

c) Cláusulas restritivas de contratos

Em 31 de março de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a maioria dos contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Sociedade e por suas controladas não contém cláusulas restritivas que estabelecem obrigações quanto à manutenção de índices financeiros por parte da Sociedade e de suas controladas.

O contrato firmado com o BNDES em julho de 2011 apresenta cláusulas restritivas que estabelecem os seguintes indicadores financeiros:

- Margem EBITDA igual ou superior a 15%; e
- Dívida líquida / EBITDA igual ou inferior a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos).

Em 31 de março de 2012, a Sociedade cumpria integralmente todas essas cláusulas restritivas.

15. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	03/2012	12/2011	03/2012	12/2011
Fornecedores nacionais	94.802	133.762	411.230	435.328
Fornecedores estrangeiros (*)	8.649	15.043	11.356	18.765
Frete a pagar	<u>43.763</u>	<u>34.512</u>	<u>43.820</u>	<u>34.887</u>
	<u>147.214</u>	<u>183.317</u>	<u>466.406</u>	<u>488.980</u>

(*) Referem-se, em sua maioria, a valores denominados em dólares norte-americanos.

16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	03/2012	12/2011	03/2012	12/2011
PIS e COFINS a pagar (medida liminar) (a)	1.866	1.823	122.333	115.214
ICMS ordinário a pagar	41.738	59.894	85.019	81.687
ICMS - ST a pagar (b)	100.943	89.301	100.943	89.301
IRPJ e CSLL a pagar	96.207	127.458	111.378	150.639
IRPJ e CSLL (medida liminar) (c)	63.305	56.941	63.305	56.941
IRPJ e CSLL (medida liminar PAT)	2.710	2.656	6.158	6.029
IRRF	6.060	7.621	9.883	11.974
IPI - produtos isentos e com alíquota zero (d)	-	-	43.130	42.432
Correção da UFIR sobre tributos federais (e)	6.494	6.361	6.656	6.519
Ação anulatória de débito fiscal de INSS (f)	3.120	3.073	3.120	3.073
PIS, COFINS e CSLL retidos na fonte a recolher	4.122	2.490	4.699	3.324
PIS e COFINS a pagar	-	-	-	1.110
Impostos a pagar - controladas no exterior	-	-	19.350	17.888
ISS a pagar	<u>581</u>	<u>364</u>	<u>1.325</u>	<u>1.214</u>
	<u>327.146</u>	<u>357.982</u>	<u>577.299</u>	<u>587.345</u>

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Depósitos judiciais ((b) e (g)) (nota explicativa nº 10)	<u>(107.982)</u>	<u>(97.955)</u>	<u>(151.274)</u>	<u>(140.545)</u>
Circulante	<u>219.164</u>	<u>260.027</u>	<u>426.025</u>	<u>446.800</u>
Não circulante	<u>107.982</u>	<u>97.955</u>	<u>151.274</u>	<u>140.545</u>

- (a) A Sociedade e sua controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. discutem judicialmente a não inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em junho de 2007, a Sociedade e sua controlada obtiveram autorização judicial para efetuar o pagamento das contribuições para PIS e COFINS sem a inclusão do ICMS em suas bases de cálculo, a partir da apuração de abril de 2007. Os saldos registrados em 31 de março de 2012 referem-se aos valores não pagos de PIS e COFINS apurados entre abril de 2007 e março de 2012, cuja exigibilidade está integralmente suspensa, os quais estão acrescidos de atualização pela taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). Parte do saldo, no montante atualizado de R\$3.122, encontra-se depositada judicialmente.
- (b) Em 31 de março de 2012, do saldo total registrado na controladora e no consolidado, os montantes de R\$13.377, R\$56.983, R\$27.716, R\$292 e R\$2.575 referem-se ao ICMS - ST dos Estados do Paraná, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rio de Janeiro, respectivamente (R\$12.669, R\$52.305, R\$23.274, R\$273 e R\$780 referem-se ao ICMS - ST dos Estados do Paraná, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rio de Janeiro, respectivamente, em 31 de dezembro de 2011), que estão sendo discutidos judicialmente pela Sociedade, conforme também mencionado na nota explicativa nº 17.(a) (passivos contingentes - risco de perda possível). A Sociedade vem efetuando depósitos judiciais mensais com relação aos montantes não recolhidos.

Em 26 de novembro de 2011, a Sociedade formalizou um acordo, para aplicação prospectiva a essa data, com o Estado do Paraná para definir a Margem de Valor Agregado "MVA" aplicável no cálculo do ICMS - ST devido nas operações dos(as) Consultores(as) Natura.

Para tanto, a Sociedade reconheceu a aplicação da MVA (no limite determinado pelo estudo técnico) para os fatos geradores anteriores a novembro de 2011 e desistiu parcialmente das ações judiciais que discutem o tema, o que resultou: (i) na conversão em renda ao Estado do Paraná de R\$114.345 a título de ICMS - ST; e (ii) no levantamento de R\$16.930 depositados a maior em razão de prorrogação retroativa de benefício fiscal.

Remanesce a discussão sobre a MVA aplicável aos fatos geradores anteriores a novembro de 2011 que está na fase final da perícia judicial.

- (c) Em 4 de fevereiro de 2009, a Sociedade obteve medida liminar posteriormente confirmada por sentença que suspendeu a exigibilidade do imposto de renda e da contribuição social incidentes sobre quaisquer valores recebidos a título de juros de mora, pagos pelo atraso no cumprimento de obrigações contratuais das operações com vendas para os(as) Consultores(as) Natura. Aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pela União Federal.

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

- (d) Refere-se a créditos de IPI sobre matérias-primas e materiais de embalagem adquiridos com a incidência de alíquota zero, como não tributados ou isentos. A controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. impetrou mandado de segurança e obteve liminar concedendo o direito ao crédito. Em 25 de setembro de 2006, a liminar foi cassada por sentença, que julgou o pedido improcedente. A Sociedade interpôs recurso de apelação para reapreciação do mérito e restabelecimento dos efeitos da liminar. Para suspender a exigibilidade do crédito tributário, em outubro de 2006 a Sociedade efetuou depósito judicial em relação ao valor compensado sob a vigência da liminar, cujo saldo atualizado monetariamente em 31 de março de 2012 é de R\$43.130 (R\$42.432 em 31 de dezembro de 2011). No quarto trimestre de 2009, para o aproveitamento dos benefícios concedidos pela Medida Provisória nº 470/09, através da instituição das modalidades de pagamento e parcelamento de débitos fiscais, a controlada protocolou petição desistindo parcialmente do mandado de segurança impetrado, no tocante à discussão dos créditos de IPI, dos produtos adquiridos com a incidência de alíquota zero e não tributados (vide detalhes no tópico “Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Medida Provisória nº 470/09” a seguir). Nessa data, após ter cumprido com os requerimentos para adesão ao pagamento dos débitos fiscais instituído pela Medida Provisória nº 470/09, a controlada aguarda o deferimento por parte da autoridade tributária para dar baixa, tanto dos valores registrados no passivo de exigibilidade suspensa quanto dos valores dos depósitos judiciais correspondentes. Ato contínuo, em dezembro de 2011, a controlada protocolou petição desistindo também da discussão em relação aos créditos sobre os produtos isentos, os quais se encontram depositados judicialmente, tendo em vista a classificação de risco para perda provável. Assim, aguarda-se a conversão em renda dos valores depositados judicialmente.
- (e) Refere-se à incidência da correção monetária pela Unidade Fiscal de Referência - UFIR dos tributos federais (IRPJ, CSLL e Imposto sobre o Lucro Líquido - ILL) do ano 1991, discutida em mandado de segurança. O valor envolvido nesse processo encontra-se depositado judicialmente. Em 26 de fevereiro de 2010, para aproveitamento dos benefícios concedidos pela Lei nº 11.941/09, através da instituição das modalidades de pagamento e parcelamento de débitos fiscais, a Sociedade protocolou petição desistindo da respectiva ação, aguardando-se o trânsito em julgado da ação.
- (f) Refere-se à contribuição previdenciária exigida em autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em processo de fiscalização, que exigiu da Sociedade, na qualidade de contribuinte solidária, valores de contribuição devidos na contratação de serviços prestados por terceiros. Os valores são discutidos na ação anulatória de débito fiscal e encontram-se depositados judicialmente. Os valores exigidos no auto de infração compreendem o período de janeiro de 1990 a outubro de 1999. Durante o exercício de 2007, a Sociedade reverteu o montante de R\$1.903, correspondente à decadência de parte do montante envolvido no processo referente ao período de janeiro de 1990 a outubro de 1994, conforme orientação da Súmula Vinculante nº 08 do Supremo Tribunal Federal - STF. Em 1º de março de 2010, foi protocolada petição desistindo parcialmente da ação, bem como renunciando parcialmente ao seu direito, para fins de adesão aos benefícios previstos na Lei nº 11.941/09, em relação às contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que prestavam serviços à Sociedade (responsabilidade solidária) no período compreendido entre novembro de 1994 e dezembro de 1998.

Notas ExplicativasParcelamentos de débitos tributários instituídos pela Lei nº 11.941/09

Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/08, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil e pelo INSS e de débitos com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, incluindo o saldo remanescente dos débitos consolidados no REFIS (Lei nº 9.964/00), no Parcelamento Especial - PAES (Lei nº 10.684/03) e no Parcelamento Excepcional - PAEX (Medida Provisória nº 303/06), além dos parcelamentos convencionais previstos no artigo 38 da Lei nº 8.212/91 e no artigo 10 da Lei nº 10.522/02.

As entidades que optaram pelo pagamento ou parcelamento dos débitos nos termos dessa Lei poderão liquidar, nos casos aplicáveis, os valores correspondentes à multa, de mora ou de ofício, e a juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social próprios, e terão benefícios de redução de multas, juros e encargos legais, cujos percentuais de redução dependem da opção de prazo de pagamento escolhida.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Sociedade e suas controladas, após terem protocolado petições na Justiça oficializando a desistência das ações judiciais, cujos tributos estão sendo objeto de parcelamento, fizeram os requerimentos de adesão aos parcelamentos, escolhendo as modalidades de parcelamento e indicando a natureza genérica dos débitos fiscais, para os quais foram feitos os pagamentos das respectivas prestações iniciais, conforme as regras definidas na Portaria Conjunta da Secretaria da Receita Federal e PGFN.

A seguir são demonstrados os débitos tributários que foram inscritos no parcelamento pela Sociedade e por suas controladas, conforme a Lei nº 11.941/09:

	Controladora					03/2012
	12/2011	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	
Ação anulatória de débito fiscal de INSS (a)	3.073	-	-	-	47	3.120
Débitos fiscais de IRPJ, CSLL e ILL (b)	<u>6.361</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>133</u>	<u>6.494</u>
	<u>9.434</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>180</u>	<u>9.614</u>

	Consolidado					03/2012
	12/2011	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	
Débitos fiscais de INSS - ação anulatória (a)	3.073	-	-	-	47	3.120
Débitos fiscais de IRPJ, CSLL e ILL (b)	<u>6.519</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>137</u>	<u>6.656</u>
	<u>9.592</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>184</u>	<u>9.776</u>

(a) Os detalhes desse processo estão mencionados no item (g) desta mesma nota.

(b) Os detalhes desse processo estão mencionados no item (e) desta mesma nota.

Devido à inexistência de saldos remanescentes de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social, a Sociedade não se compensará destes para liquidação da parcela de juros dos parcelamentos.

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

Para a sequência das etapas do parcelamento dos débitos fiscais da Sociedade e de suas controladas que se encontram em esfera judicial, aguarda-se a decisão sobre a consolidação dos valores para que haja a sua quitação, por meio de conversão em renda dos valores depositados.

Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Medida Provisória nº 470/09

Em 13 de outubro de 2009, foi editada a Medida Provisória nº 470, que instituiu o pagamento e parcelamento de débitos fiscais decorrentes do aproveitamento indevido do incentivo fiscal setorial instituído pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969, e decorrentes do aproveitamento indevido de créditos do IPI, no âmbito da PGFN e da Receita Federal do Brasil.

Em 3 de novembro de 2009, a PGFN e a Receita Federal do Brasil publicaram, no Diário Oficial da União - DOU, a Portaria Conjunta nº 9, que dispõe sobre o pagamento e parcelamento de débitos de que trata o artigo 3º da Medida Provisória nº 470/09. Os débitos decorrentes do aproveitamento indevido do incentivo fiscal setorial instituído pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 491/69 e os decorrentes do aproveitamento indevido de créditos do IPI, no âmbito da PGFN e da Receita Federal do Brasil, foram pagos ou parcelados, no âmbito de cada um dos órgãos, até 30 de novembro de 2009.

Conforme mencionado no item (d) desta mesma nota, a controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. protocolou petição desistindo parcialmente do mandado de segurança impetrado com referência a créditos de IPI decorrentes dos produtos adquiridos com a incidência de alíquota zero e não tributados.

Em 31 de março de 2012, a Sociedade aguarda o posicionamento do Poder Judiciário, após manifestação da PGFN e Secretaria da Receita Federal do Brasil, para concluir a etapa referente à consolidação dos débitos fiscais e para baixar os saldos do passivo de exigibilidade suspensa contra os depósitos judiciais efetuados até a referida data pelos valores atualizados monetariamente. Devido à existência de depósitos judiciais efetuados em períodos anteriores e à opção feita pela controlada pelo pagamento à vista, nenhum ganho foi registrado no resultado do exercício quanto à reversão de multa de mora e juros.

17. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Sociedade e suas controladas são partes em ações judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível e em processos administrativos de natureza tributária. A Administração acredita, apoiada na opinião e nas estimativas de seus assessores legais, que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são suficientes para cobrir as eventuais perdas. Essas provisões estão assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Tributários	28.256	27.612	34.577	33.850
Cíveis	11.868	12.234	15.654	16.986
Trabalhistas	<u>10.028</u>	<u>9.754</u>	<u>15.195</u>	<u>14.121</u>
	<u>50.152</u>	<u>49.600</u>	<u>65.426</u>	<u>64.957</u>

Notas ExplicativasRiscos tributários

Os riscos tributários provisionados são compostos pelos processos a seguir relacionados:

	Controladora					03/2012
	12/2011	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	
Multas moratórias sobre tributos federais recolhidos em atraso (a)	794	-	-	-	11	805
Dedutibilidade da CSLL (Lei nº 9.316/96) (b)	7.885	-	-	-	75	7.960
Auto de infração - IRPJ e CSLL - honorários advocatícios (c)	4.968	-	-	-	22	4.990
Auto de infração - IRPJ 1990 (d)	3.514	-	-	-	40	3.554
Honorários advocatícios e outros (f)	<u>10.451</u>	<u>880</u>	<u>(471)</u>	<u>-</u>	<u>87</u>	<u>10.947</u>
Risco tributário total provisionado	<u>27.612</u>	<u>880</u>	<u>(471)</u>	<u>-</u>	<u>235</u>	<u>28.256</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 10)	<u>(9.952)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(17)</u>	<u>(9.969)</u>
	Consolidado					
	12/2011	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	03/2012
Multas moratórias sobre tributos federais recolhidos em atraso (a)	865	-	-	-	11	876
Dedutibilidade da CSLL (Lei nº 9.316/96) (b)	7.885	-	-	-	75	7.960
Auto de infração - IRPJ e CSLL - honorários advocatícios (c)	4.968	-	-	-	22	4.990
Ação anulatória - Auto de infração - IRPJ 1990 (d)	3.514	-	-	-	40	3.554
PIS semestralidade - Decretos-lei nº 2.445/88 e nº 2.449/88 (e)	2.320	-	-	-	31	2.351
Honorários advocatícios e outros (f)	<u>14.298</u>	<u>880</u>	<u>(471)</u>	<u>-</u>	<u>139</u>	<u>14.846</u>
Risco tributário total provisionado	<u>33.850</u>	<u>880</u>	<u>(471)</u>	<u>-</u>	<u>318</u>	<u>34.577</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 10)	<u>(11.515)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(39)</u>	<u>(11.554)</u>

(a) Referem-se à incidência de multa moratória no recolhimento em atraso de tributos federais.

(b) Refere-se ao mandado de segurança que questiona a constitucionalidade da Lei nº 9.316/96, a qual proibiu a dedutibilidade da CSLL da sua própria base de cálculo e da base de cálculo do IRPJ. Parte da provisão, no montante atualizado de R\$5.985 (R\$5.905 em 31 de dezembro de 2011), está depositada judicialmente. O processo está sobrestado aguardando posicionamento do STF sobre o caso, que será decidido por meio de Repercussão Geral.

(c) Refere-se aos honorários advocatícios para defesa dos autos de infração lavrados contra a Sociedade, em agosto de 2003, dezembro de 2006 e dezembro de 2007, pela Receita Federal do Brasil, em que se exigem créditos tributários de IRPJ e CSLL relativos à dedutibilidade da remuneração das debêntures emitidas pela Sociedade, nos períodos-base 1999, 2001 e 2002, respectivamente. Os autos de infração relativos aos períodos-base 2001 e 2002 aguardam decisão definitiva do Conselho de Contribuinte. A opinião dos assessores legais é de que a probabilidade de perda decorrente dos referidos autos de infração é remota.

O auto de infração lavrado contra a Sociedade em agosto de 2003, relativo à dedutibilidade no período-base 1999, teve decisão administrativa transitada em julgado em janeiro de 2010, sendo mantido parcialmente em relação ao IRPJ e integralmente em relação à CSLL. Após essa decisão, em 7 de abril de 2010, a Sociedade ingressou com uma ação na esfera judicial objetivando cancelar a parcela remanescente do IRPJ e da CSLL. A opinião dos assessores legais é de que a perspectiva de perda na ação judicial é remota.

(d) Refere-se a auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil exigindo o pagamento de imposto de renda sobre o lucro decorrente de exportações incentivadas, ocorridas no ano-base 1989, à alíquota de 18% (Lei nº 7.988, de 29 de dezembro de 1989) e não 3%, conforme era determinado pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 2.413/88, no qual a Sociedade se fundamentou para efetuar os recolhimentos na época. A Sociedade ingressou com uma ação na esfera judicial objetivando cancelar o auto de infração. O processo está sobrestado aguardando posicionamento do STF sobre o caso.

(e) Refere-se à compensação do PIS pago na forma dos Decretos-lei nº 2.445/88 e nº 2.449/88, no período de 1988 a 1995, com impostos e contribuições federais devidos em 2003 e 2004. Durante o exercício de 2007, a Sociedade efetuou a

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

reversão no montante de R\$14.910, devido à decisão favorável e definitiva à Sociedade, proferida em agosto de 2007. A provisão remanescente refere-se à parcela correspondente à controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., que aguarda apreciação do processo pelo Conselho de Contribuintes.

- (f) O saldo refere-se a honorários advocatícios para defesa dos interesses da Sociedade e de suas controladas em processos tributários. Do montante provisionado: (i) R\$4.409 referem-se aos honorários advocatícios para elaboração de defesa no auto de infração de IRPJ e de CSLL contra a Sociedade, lavrado em 30 de setembro de 2009, que tem como objeto o questionamento da dedutibilidade fiscal da amortização do ágio decorrente de incorporação de ações da Natura Participações S.A. que possuía ágio sobre o investimento mantido na então controlada Natura Empreendimentos S.A. Na opinião dos assessores legais da Sociedade, a operação tal como foi estruturada e seus efeitos fiscais são defensáveis, motivo pelo qual o risco de perda é classificado como remoto; e (ii) R\$700 referem-se aos honorários advocatícios devidos para defesa apresentada na Autuação da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, a qual exige supostas diferenças de ICMS - ST em relação às remessas interestaduais realizadas a estabelecimentos da Sociedade localizados no Rio Grande do Sul. Na opinião dos assessores legais da Sociedade, o risco de perda é classificado como remoto.

Riscos cíveis

	Controladora					03/2012
	12/2011	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	
Diversas ações cíveis (a)	6.787	1.842	(371)	(1.412)	40	6.886
Honorários advocatícios - ação cível ambiental (b)	1.535	-	-	-	22	1.557
Ações cíveis e honorários advocatícios - Nova Flora Participações Ltda.	<u>3.912</u>	<u>-</u>	<u>(681)</u>	<u>-</u>	<u>194</u>	<u>3.425</u>
Risco cível total provisionado	<u>12.234</u>	<u>1.842</u>	<u>(1.052)</u>	<u>(1.412)</u>	<u>256</u>	<u>11.868</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 10)	<u>(1.886)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5)</u>	<u>(1.891)</u>
	Consolidado					03/2012
	12/2011	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	
Diversas ações cíveis (a)	7.723	1.901	(383)	(1.466)	53	7.828
Honorários advocatícios - ação cível ambiental (b)	1.535	-	-	-	22	1.557
Honorários - processos IBAMA e Biodiversidade (c)	3.816	195	(1.209)	-	42	2.844
Ações cíveis e honorários advocatícios - Nova Flora Participações Ltda.	<u>3.912</u>	<u>-</u>	<u>(681)</u>	<u>-</u>	<u>194</u>	<u>3.425</u>
Risco cível total provisionado	<u>16.986</u>	<u>2.096</u>	<u>(2.273)</u>	<u>(1.466)</u>	<u>311</u>	<u>15.654</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa 10)	<u>(1.992)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6)</u>	<u>(1.998)</u>

- (a) A Sociedade e suas controladas, em 31 de março 2011, são partes em 2.491 ações e procedimentos cíveis (2.491 em 31 de dezembro de 2011), entre os quais 2.490 no âmbito da justiça cível, do juizado especial cível e do Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor - PROCON, movidos por Consultores(as) Natura, consumidores, fornecedores e ex-colaboradores, sendo a maioria referente a pedidos de indenização.
- (b) Do total provisionado, o montante de R\$1.210 refere-se aos honorários advocatícios para defesa dos interesses da Sociedade nos autos da Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal do Estado do Acre em face da Sociedade e de outras instituições, sob a alegação de acesso ao conhecimento tradicional associado ao ativo Murumuru. Na opinião dos assessores legais a probabilidade de perda é remota.
- (c) Referem-se aos honorários advocatícios para defesa administrativa nos autos de infração lavrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA contra a Sociedade em 2010 por acessos supostamente irregulares ao patrimônio genético brasileiro ou ao conhecimento tradicional associado, bem como para a adoção das medidas judiciais consideradas pertinentes pelos assessores legais da Sociedade. A Sociedade recebeu até março de 2012, 70 multas do IBAMA, no total de R\$21.955 e apresentou defesa administrativa para todas mas ainda não houve decisão de mérito do IBAMA em nenhum caso, razão

Notas Explicativas

pela qual tais multas não representam créditos exigíveis. A Administração da Sociedade e seus assessores legais consideram como remota a possibilidade de perda nos autos de infração relacionados à suposta ausência de repartição de benefícios e como possível a perda nos autos de infração relacionados ao suposto acesso irregular ao patrimônio genético em virtude do cumprimento de todos os princípios estabelecidos na Convenção da Diversidade Biológica - CDB, tratado internacional firmado na Rio-92 e das ilegalidades e inconstitucionalidades do atual marco legal que incorporou a CDB no sistema legal brasileiro. Com exceção de insumos provenientes de terras da União, que se recusa a negociar, porque não estabeleceu até hoje os Comitês de Negociação. A Sociedade reparte benefícios em 100% dos acessos no uso da biodiversidade, sendo inclusive a pioneira na repartição de benefícios com comunidades tradicionais e possuindo aproximadamente 68% das solicitações ao órgão regulador de pedidos de autorização para acesso à biodiversidade.

Riscos trabalhistas

A Sociedade e suas controladas, em 31 de março de 2012, são partes em 744 reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores e terceiros (827 em 31 de dezembro de 2011), cujos pedidos se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária. As provisões são revisadas periodicamente com base na evolução dos processos e no histórico de perdas das reclamações trabalhistas para refletir a melhor estimativa corrente.

	Controladora				
	<u>12/2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>03/2012</u>
Risco trabalhista total provisionado	<u>9.754</u>	<u>16</u>	<u>---</u>	<u>258</u>	<u>10.028</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 10)	<u>(2.653)</u>	<u>---</u>	<u>---</u>	<u>(12)</u>	<u>(2.665)</u>
	Consolidado				
	<u>12/2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>03/2012</u>
Risco trabalhista total provisionado	<u>14.121</u>	<u>531</u>	<u>(209)</u>	<u>752</u>	<u>15.195</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 10)	<u>(4.167)</u>	<u>---</u>	<u>---</u>	<u>(293)</u>	<u>(4.460)</u>

Passivos contingentes - risco de perda possível

A Sociedade e suas controladas possuem ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus assessores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	Controladora		Consolidado	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Tributárias:				
Ação Declaratória - ICMS - ST (a)	83.660	80.304	83.660	80.304
Compensação de 1/3 da COFINS - Lei nº 9.718/98 (b)	5.412	5.357	5.412	5.357
Ação anulatória de débito fiscal de INSS (c)	4.967	4.910	4.967	4.910
Auto de infração - IPI (d)	5.514	5.451	5.514	5.451
Processo administrativo - auto de infração - ICMS - ST - DF (e)	8.899	8.815	8.899	8.815
Processo administrativo - auto de infração - ICMS - ST - PA (e)	3.940	3.423	3.940	3.423
Processo administrativo - débito fiscal - ICMS - ST - RS (f)	9.066	9.066	9.066	9.066
Auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul (g)	30.410	30.184	30.410	30.184

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

Auto de infração - SeFaz de SP - fiscalização do ICMS (h)	-	-	9.837	9.837
Auto de infração - preço de transferência em contratos de mútuo com empresa ligada do exterior (i)	1.874	1.856	1.874	1.856
Outras	<u>41.429</u>	<u>36.837</u>	<u>58.718</u>	<u>43.828</u>
	<u>195.171</u>	<u>186.203</u>	<u>222.297</u>	<u>203.031</u>
Cíveis	3.680	2.953	3.851	3.076
Trabalhistas	<u>42.397</u>	<u>42.792</u>	<u>70.730</u>	<u>73.856</u>
	<u>241.248</u>	<u>231.948</u>	<u>296.878</u>	<u>279.963</u>

(a) Em 31 de março de 2012, o montante demonstrado apresenta a seguinte composição:

1. ICMS - ST - PR - R\$50.285 (R\$49.962 em 31 de dezembro de 2011) - Ação movida pela Sociedade, com o objetivo de discutir as alterações na base de cálculo do ICMS - ST, de forma ilegal, promovido pelo Decreto Paranaense nº 7.018/06. O valor discutido na ação, relativo aos meses de janeiro de 2007 a dezembro de 2011, está sendo integralmente depositado em juízo, conforme mencionado nas notas explicativas nº 10 e nº 16 (b), estando sua exigibilidade suspensa.
 2. ICMS - ST - DF - R\$17.843 (R\$15.401 em 31 de dezembro de 2011) - Ação declaratória movida pela Sociedade, com o objetivo de discutir sua responsabilidade pelo recolhimento do ICMS - ST, em razão da ausência de norma legal e de critério para a aferição da base de cálculo desse imposto ou, sucessivamente, a necessidade de celebração de Termo de Acordo fixando a base de cálculo do ICMS - ST. O valor discutido na ação, relativo aos meses de fevereiro de 2009 a março de 2012, está sendo integralmente depositado em juízo, conforme mencionado nas notas explicativas nº 10 e nº 16 (b), estando sua exigibilidade suspensa.
 3. ICMS - ST - MS - R\$10.079 (R\$9.734 em 31 de dezembro de 2011) - Ação declaratória ajuizada objetivando o reconhecimento da inexistência de relação jurídica com o Estado do Mato Grosso do Sul que atribua à Sociedade o dever de recolher o ICMS - ST ante a ausência de norma legal que lhe atribua a responsabilidade por substituição tributária e inexistência de critério válido e adequado para a aferição da base de cálculo desse imposto. O valor discutido na ação, relativo aos meses de fevereiro de 2010 a março de 2012, está sendo integralmente depositado em juízo, conforme mencionado nas notas explicativas nº 10 e nº 16 (b), estando sua exigibilidade suspensa.
 4. ICMS - ST - MT - R\$3.481 (R\$3.410 em 31 de dezembro de 2011) - Ação declaratória ajuizada objetivando o reconhecimento da inexistência de relação jurídica com o Estado do Mato Grosso que atribua à Sociedade o dever de recolher o ICMS - ST ante a ausência de norma legal que lhe atribua a responsabilidade por substituição tributária e inexistência de critério válido e adequado para a aferição da base de cálculo desse imposto. O valor discutido na ação, relativo aos meses de outubro de 2009 a julho de 2011, está sendo integralmente depositado em juízo, conforme mencionado nas notas explicativas nº 10 e nº 16 (b), estando sua exigibilidade suspensa.
 5. ICMS - ST - SC - R\$1.972 (R\$1.797 em 31 de dezembro de 2011) - Ação declaratória ajuizada objetivando o reconhecimento da inexistência de relação jurídica com o Estado de Santa Catarina que atribua à Sociedade o dever de recolher o ICMS - ST ante a ausência de norma legal que lhe atribua a responsabilidade por substituição tributária e inexistência de critério válido e adequado para a aferição da base de cálculo desse imposto. O valor discutido na ação, relativo aos meses de julho e agosto de 2011 e fevereiro a março de 2012, está sendo integralmente depositado em juízo, conforme mencionado nas notas explicativas nº 10 e nº 16 (b), estando sua exigibilidade suspensa.
- (b) A Lei nº 9.718/98 aumentou a alíquota da COFINS de 2% para 3% e permitiu que esse diferencial de 1% fosse compensado, durante 1999, com a contribuição social a recolher do mesmo ano. A Sociedade e suas controladas, entretanto, impetraram, em 1999, mandado de segurança e obtiveram liminar suspendendo a exigibilidade do crédito tributário (diferença de 1% da alíquota) e autorizando o recolhimento da COFINS com base na Lei Complementar nº 70/91, vigente até então. Em dezembro de 2000, tendo em vista precedentes desfavoráveis do Poder Judiciário, a Sociedade e suas controladas aderiram ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, parcelando a dívida referente à COFINS não recolhida no período. Com o recolhimento do tributo, a Sociedade e suas controladas passaram a ter direito à compensação de 1% da COFINS com a contribuição social, que foi feita no primeiro semestre de 2001. A Receita Federal do Brasil, no entanto, entende que o prazo para a compensação estava restrito ao ano-base 1999. Em 11 de setembro de 2006, a Sociedade foi notificada do indeferimento das compensações realizadas e tempestivamente entrou com o recurso cabível. O processo aguarda julgamento do recurso voluntário interposto pela Sociedade.

Notas Explicativas A.

- (c) Ação movida pela Sociedade que pretende declarar a inexigibilidade do crédito fiscal cobrado pelo INSS, através de auto de infração lavrado, com o objetivo de exigir a contribuição previdenciária sobre a ajuda de custo para a manutenção de veículos paga às Promotoras de Venda. Os valores são discutidos na ação anulatória de débito fiscal e encontram-se depositados judicialmente. Os valores exigidos no auto de infração compreendem o período de janeiro de 1994 a outubro de 1999.
- (d) Refere-se à execução fiscal visando à exigência de IPI decorrente de suposta falta de recolhimento e incorreta classificação de produtos comercializados. A Sociedade apresentou defesa na esfera judicial e aguarda seu julgamento definitivo.
- (e) Auto de infração de cobrança de ICMS - ST, exigido pelo Estado do Distrito Federal e do Pará, em razão de suposto recolhimento a menor referente à diferença exigida a título de ICMS - ST. A Sociedade apresentou defesa na esfera administrativa e aguarda seu julgamento definitivo.
- (f) Auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul em face da Sociedade, em razão de sua condição de substituta tributária, para cobrança de ICMS supostamente devido, em razão da ausência de critério para aferição da base de cálculo correta desse imposto, relativo às operações subsequentes praticadas pelas revendedoras autônomas domiciliadas no Estado do Rio Grande do Sul. A Sociedade propôs ação anulatória para afastar essa exigência, a qual aguarda seu julgamento definitivo.
- (g) Autos de infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul exigindo crédito tributário referente ao ICMS por suposta aplicação indevida de redução de base de cálculo concedida nas operações internas e suposta redução da alíquota interna na apuração do diferencial de alíquotas. Foram apresentadas defesas administrativas, as quais aguardam seu julgamento definitivo.
- (h) Autuação lavrada pela SeFaz, em razão de suposto creditamento do ICMS decorrente de aquisição de bens para integração dos ativos imobilizados transferidos, na data da compra, para outros estabelecimentos, bem como a bens adquiridos e supostamente não relacionados diretamente à atividade de produção e comercialização. A Sociedade apresentou defesa na esfera administrativa, alegando a possibilidade dos creditamentos efetuados, decadência do crédito tributário, bem como a ilegalidade da aplicação dos juros no montante de um décimo por cento ao dia, e aguarda seu julgamento definitivo.
- (i) Refere-se a auto de infração lavrado contra a Sociedade no qual a Receita Federal do Brasil exige IRPJ e CSLL sobre a diferença de juros em contratos de mútuo com pessoa jurídica vinculada no exterior. Em 12 de julho de 2004, foi apresentada a defesa administrativa, que foi julgada improcedente. No mês de junho de 2008, a Sociedade apresentou recurso voluntário em face da decisão desfavorável perante o Conselho de Contribuintes, o qual está pendente de apreciação pelo órgão julgador.

Ativos contingentes

A Sociedade e suas controladas possuem os seguintes processos ativos relevantes:

- a) A Sociedade e sua controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. questionam judicialmente a inconstitucionalidade e ilegalidade da majoração da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS instituídas pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Os valores envolvidos nas ações judiciais, atualizados até 31 de março de 2012, totalizavam R\$22.169 (R\$21.935 em 31 de dezembro de 2011). Durante o primeiro trimestre de 2011, foi proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região acórdão favorável à Sociedade por meio dos Embargos de Declaração opostos pelas empresas, autorizando a compensação desses créditos tributários: (i) com débitos de quaisquer tributos e contribuições federais no que se refere à empresa Natura Cosméticos; e (ii) limitado aos débitos das referidas contribuições no que se refere à Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. Como consequência, a Sociedade reconheceu em 2011 os créditos de PIS e COFINS no montante de R\$16.852 na rubrica “Impostos a recuperar” referente aos recolhimentos indevidos efetuados nos últimos cinco anos anteriores à data de propositura das ações, a crédito do resultado do exercício na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”.

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

A Sociedade e sua controlada apresentaram recurso especial e extraordinário ao Superior Tribunal de Justiça - STJ e ao STF, a fim de obter o reconhecimento do direito à compensação dos respectivos tributos recolhidos indevidamente nos dez anos anteriores à data de propositura de ambas as ações, bem como, no que se refere à Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., o direito de compensar esses créditos com quaisquer tributos e contribuições administrados pela Receita Federal do Brasil. A Sociedade já apresentou e aguarda a habilitação dos respectivos créditos reconhecidos para efetiva compensação destes com débitos referentes a tributos e contribuições federais.

- b) A Sociedade e suas controladas Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. e Natura Logística e Serviços Ltda. pleiteiam a restituição das parcelas do ICMS e do Imposto Sobre Serviços - ISS incluídas na base de cálculo do PIS e da COFINS, recolhidas no período de abril de 1999 a março de 2007. Os valores envolvidos nos pedidos de restituição, atualizados até 31 de março de 2012, totalizavam R\$157.315 (R\$135.305 em 31 de dezembro de 2011). A opinião dos assessores legais é que a probabilidade de perda é possível.

18. OUTRAS PROVISÕES

	Controladora		Consolidado	
	03/2012	12/2011	03/2012	12/2011
Plano de assistência médica aposentados	19.860	19.332	28.953	28.132
Crédito de carbono	18.058	16.486	18.058	16.486
Outras provisões	-	-	193	191
	<u>37.918</u>	<u>35.818</u>	<u>47.204</u>	<u>44.809</u>

A Sociedade e suas controladas mantêm um plano de assistência médica pós-emprego para um grupo determinado de ex-colaboradores e seus respectivos cônjuges, conforme regras por elas estipuladas. Em 31 de março de 2012, o plano contava com 1.073 e 2.144 colaboradores na controladora e no consolidado, respectivamente.

Em 31 de março de 2012, a Sociedade e suas controladas mantinham uma provisão para o passivo atuarial referente a esse plano no montante de R\$19.860 e R\$28.953 na controladora e no consolidado, respectivamente (R\$19.332 e R\$28.132, respectivamente, na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2011).

Durante o período os reflexos desse plano no resultado estão relacionados ao custo do serviço no valor de R\$181 e custo dos juros no valor de R\$347.

O passivo demonstrado foi calculado por atuário independente considerando as seguintes principais premissas:

Notas Explicativas

	<u>Percentual anual</u> <u>(em termos nominais)</u> <u>2011</u>
Taxa de desconto financeiro	10,5
Crescimento das despesas médicas (reduzindo 0,5% ao ano)	10,5 a 5,5
Inflação de longo prazo	4,5
Tábua de mortalidade geral	RP2000

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2011, o capital da Sociedade era R\$427.073.

No primeiro trimestre de 2012, não houve alteração no capital social, sua composição é de 431.239.264 ações nominativas ordinárias subscritas e integralizadas. A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 441.310.125 (quatrocentas e quarenta e um milhões, trezentas e dez mil, cento e vinte e cinco) ações ordinárias, sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração, o qual fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

b) Política de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 30% sobre o lucro líquido, considerando, principalmente, os seguintes ajustes:

- Acréscimo das importâncias resultantes da reversão de reservas para contingências, anteriormente formadas.
- Decréscimo das importâncias destinadas à constituição da reserva legal e de reservas para contingências.

O Estatuto Social faculta à Sociedade o direito de levantar balanços semestrais ou intermediários e, com base neles, o Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos intermediários.

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2012 não houve declaração de dividendos e juros sobre o capital próprio pela Administração da Sociedade.

Em 18 de abril de 2012 foram pagos dividendos no valor total de R\$467.324 (R\$ 1,09117684 por ação) e juros sobre o capital próprio no valor total bruto de R\$23.627 (R\$ 0,05516776 brutos por ação), conforme distribuição aprovada pelo Conselho de Administração em 15 de fevereiro de 2012 e ratificada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 13 de abril de 2012, referente ao lucro líquido do exercício de 2011, que somados aos R\$295.302 de dividendos e R\$37.506 de juros sobre o capital próprio pagos em agosto de 2011 correspondem a uma distribuição de aproximadamente 99% do lucro

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

líquido auferido no exercício de 2011.

Os dividendos foram calculados conforme demonstrado a seguir:

	<u>2011</u>
Lucro líquido do exercício	830.901
Reserva para incentivos fiscais - subvenção para investimentos	<u>(3.677)</u>
Base de cálculo para os dividendos mínimos	827.224
Dividendos mínimos obrigatórios	30%
 Dividendo anual mínimo	 248.167
 Dividendos propostos	 762.626
Juros sobre o capital próprio	61.133
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	<u>(9.170)</u>
Total de dividendos e juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	<u>814.589</u>
 Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	 <u>566.356</u>
 Dividendos por ação - R\$	 1,7760
Juros sobre o capital próprio por ação, líquidos - R\$	<u>0,1208</u>
Remuneração total por ação, líquida - R\$	<u>1,8968</u>

Em virtude da aprovação dos dividendos e juros sobre capital próprio pelo Conselho de Administração em 15 de fevereiro de 2012 e ratificada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 13 de abril de 2012, estes foram registrados como passivo circulante em 31 de março de 2012.

c) Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu durante o exercício 3.066.300 de ações ordinárias, ao preço médio de R\$34,06, para atender ao exercício das opções outorgadas aos administradores e colaboradores da Sociedade, assim como aos administradores e colaboradores das controladas diretas ou indiretas. Adicionalmente às aquisições de ações no exercício, foram utilizadas nos exercícios de opções um total de R\$895 a um custo médio unitário de R\$32,92.

Em 31 de março de 2012, a rubrica “Ações em tesouraria” possuía a seguinte composição:

	<u>03/2012</u>		
	<u>Quantidade</u>	<u>R\$</u>	<u>Preço médio</u>
	<u>de ações</u>	<u>(em milhares)</u>	<u>por ação -</u>
			<u>R\$</u>
Saldo no início do exercício	3.021.757	102.849	34,04
Utilizadas	<u>(478.897)</u>	<u>(15.803)</u>	<u>33,00</u>
Saldo no fim do trimestre	<u>2.542.860</u>	<u>87.046</u>	<u>34,23</u>

Notas Explicativas

d) Ágio na emissão de ações

Refere-se ao ágio gerado na emissão das 3.299 ações ordinárias, decorrente da capitalização das debêntures no montante de R\$100.000, ocorrida em 2 de março de 2004.

e) Reserva legal

Em virtude de o saldo da reserva legal, somado às reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, ter ultrapassado 30% do capital social, a Sociedade, em conformidade com o estabelecido no artigo 193 da mesma Lei, decidiu por não constituir a reserva legal sobre o lucro líquido auferido nos exercícios a partir de 2006.

f) Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2011, a reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos, no montante de R\$3.530 (R\$23.421 de constituição em 31 de dezembro de 2010). A retenção da reserva referente ao exercício de 2011 está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração no dia 15 de fevereiro de 2012 e ratificado na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 13 de abril de 2012.

g) Outros resultados abrangentes

A Sociedade reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior. Esse efeito acumulado será revertido ao resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

20. INFORMAÇÕES SOBRE SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. Conforme relatórios analisados para tomadas de decisões da Administração, embora o principal tomador de decisões analise as informações sobre as receitas em diversos níveis, a principal segmentação dos negócios da Sociedade é baseada em vendas de cosméticos por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: Brasil (“Operação Brasil”), América Latina (“LATAM”) e demais países (“Outros”). Além disso, a LATAM é analisada em dois grupos: (a) Argentina, Chile e Peru (“Operações em Consolidação”); e (b) México e Colômbia (“Operações em Implementação”). Os segmentos possuem características de negócios semelhantes e cada um oferece produtos similares por meio da mesma metodologia de acesso aos consumidores.

A receita líquida por região está representada da seguinte forma em 2012:

- Operação Brasil: 89,5%
- Operações em Consolidação: 6,7%
- Operações em Implementação: 3,5%
- Outros: 0,3%

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

As práticas contábeis de cada segmento são as mesmas descritas na nota explicativa nº 2 das demonstrações contábeis anuais da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, divulgadas em 15 de fevereiro de 2012, descrição do negócio da Natura e políticas contábeis significativas. O desempenho dos segmentos da Sociedade foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do período e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relacionada aos segmentos da Sociedade para 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações contábeis, bem como com as políticas contábeis aplicadas.

Contas de resultado

	03/2012				
	<u>Receita líquida</u>	<u>Lucro líquido</u>	<u>Depreciação e amortização</u>	<u>Resultado financeiro</u>	<u>Imposto de renda</u>
Brasil	1.140.978	166.692	(31.519)	(16.406)	(71.768)
Argentina, Chile e Peru	86.091	(3.291)	(1.299)	303	(143)
México e Colômbia	44.732	(8.979)	(567)	887	(34)
Outros (*)	4.035	(2.933)	(105)	-	-
Consolidado	<u>1.275.836</u>	<u>151.489</u>	<u>(33.490)</u>	<u>(15.216)</u>	<u>(71.945)</u>

	03/2011				
	<u>Receita líquida</u>	<u>Lucro líquido</u>	<u>Depreciação e amortização</u>	<u>Resultado financeiro</u>	<u>Imposto de renda</u>
Brasil	1.052.611	181.470	(23.091)	(9.835)	(77.357)
Argentina, Chile e Peru	60.143	(10.390)	(977)	(94)	(1.202)
México e Colômbia	29.739	(16.730)	(561)	(267)	(21)
Outros (*)	3.353	(3.833)	(136)	-	-
Consolidado	<u>1.145.846</u>	<u>150.517</u>	<u>(24.765)</u>	<u>(10.196)</u>	<u>(78.580)</u>

Contas patrimoniais

	03/2012			12/2011		
	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Ativo total</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Ativo total</u>	<u>Passivo circulante</u>
Brasil	1.555.504	3.554.947	1.580.129	1.535.676	3.482.649	1.142.356
Argentina, Chile e Peru	24.720	187.283	61.201	25.282	187.016	90.915
México, Venezuela e Colômbia	12.857	102.169	43.995	11.857	96.070	34.730
Outros (*)	16.509	27.346	7.119	16.938	27.277	6.718
Consolidado	<u>1.609.590</u>	<u>3.871.745</u>	<u>1.692.444</u>	<u>1.589.753</u>	<u>3.793.012</u>	<u>1.274.719</u>

(*) Inclui operações da França e Corporativo LATAM

Notas Explicativas

A Sociedade possui apenas uma classe de produtos comercializados pelos(as) Consultores(as) Natura denominada “Cosméticos”. Dessa forma, a divulgação da receita por classe de produtos não é aplicável.

A Sociedade possui uma carteira de clientes pulverizada, sem nenhuma concentração de receita.

A receita de partes externas informadas ao Comitê Executivo foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada na demonstração do resultado.

21. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>
Receita bruta:				
Mercado interno	1.539.183	1.438.230	1.539.183	1.438.251
Mercado externo	-	-	172.489	117.402
Outras vendas	-	-	400	388
	<u>1.539.183</u>	<u>1.438.230</u>	<u>1.712.072</u>	<u>1.556.041</u>
Devoluções e cancelamentos	(4.954)	(2.115)	(6.030)	(2.115)
Impostos incidentes sobre as vendas	<u>(228.222)</u>	<u>(208.851)</u>	<u>(430.206)</u>	<u>(408.080)</u>
Receita líquida	<u>1.306.007</u>	<u>1.227.264</u>	<u>1.275.836</u>	<u>1.145.846</u>

22. DESPESAS OPERACIONAIS E CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

a) Está demonstrada a seguir a abertura por função das despesas operacionais e dos custos dos produtos vendidos:

	Controladora		Consolidado	
	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>
Custo dos produtos vendidos	508.632	514.836	365.331	343.222
Despesas com vendas	360.669	331.061	488.270	422.914
Despesas gerais e administrativas	205.540	177.122	177.544	150.993
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 27.2)	<u>3.978</u>	<u>3.222</u>	<u>3.978</u>	<u>3.222</u>
Total	<u>1.078.819</u>	<u>1.026.241</u>	<u>1.035.123</u>	<u>920.351</u>

b) Está demonstrada a seguir a abertura por natureza das despesas operacionais e dos custos dos produtos vendidos:

	Controladora		Consolidado	
	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>
Custos variáveis e gastos indiretos de produtos e materiais de revenda	508.632	514.836	289.651	274.715
Despesas com marketing	252.151	200.552	263.922	214.278
Despesas com frete	60.150	56.908	64.966	62.413

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

Despesas com prestação de serviços	22.613	13.502	30.769	34.368
Benefícios pagos a colaboradores e administradores (nota explicativa nº 23)	86.186	60.877	159.547	142.120
Depreciação e amortização	13.984	5.150	33.490	24.765
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 27.2)	3.978	3.222	3.978	3.222
Outras despesas	23.626	861	188.800	164.470
Prestação de serviços administrativos (nota explicativa nº 27.1)	54.756	112.265	-	-
Prestação de serviços de pesquisa e desenvolvimento (nota explicativa nº 27.1)	<u>52.743</u>	<u>58.068</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>1.078.819</u>	<u>1.026.241</u>	<u>1.035.123</u>	<u>920.351</u>

23. DESPESAS DE BENEFÍCIOS A COLABORADORES

	Controladora		Consolidado	
	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>
Salários e bonificações	65.183	45.697	119.846	107.636
Plano de pensão de contribuição definida (nota explicativa nº 23.2)	790	588	1.231	1.035
Ganho de executivos	1.684	875	3.419	1.834
Impostos e contribuições sociais	<u>18.529</u>	<u>13.717</u>	<u>35.051</u>	<u>31.615</u>
	<u>86.186</u>	<u>60.877</u>	<u>159.547</u>	<u>142.120</u>

23.1. Ganhos baseados em ações

O Conselho de Administração reúne-se anualmente para, dentro das bases do programa, estabelecer o plano, indicando os diretores e gerentes que receberão as opções e a quantidade total a ser distribuída.

No formato válido até o ano 2008, os planos possuem prazo de quatro anos para elegibilidade ao exercício das opções, sendo 50% ao final do terceiro ano e 50% ao final do quarto ano, havendo ainda um prazo máximo de dois anos para o exercício das opções após o término do quarto ano de elegibilidade.

Em 2009, o formato do programa foi alterado, sendo o prazo de elegibilidade ao exercício das opções de 100% ao final do quarto ano, com a possibilidade de sua antecipação para três anos, mediante a condição de cancelamento de 50% das opções outorgadas nos planos, e foi fixado o prazo máximo de quatro anos para o exercício das opções após o término do quarto ano de elegibilidade.

As variações na quantidade de opções de compra de ações em circulação e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

	03/2012		12/2011	
	Preço médio de exercício por ação - R\$	Opções (milhares)	Preço médio de exercício por ação - R\$	Opções (milhares)
Saldo no início do trimestre/exercício	32,84	7.363	28,10	6.839
Concedidas	-	-	42,39	1.492
Canceladas	37,27	(119)	29,35	(563)
Exercidas	<u>30,89</u>	<u>(477)</u>	<u>25,33</u>	<u>(405)</u>
Saldo no fim do trimestre/exercício	<u>33,43</u>	<u>6.767</u>	<u>32,84</u>	<u>7.363</u>

Das 6.765 mil opções existentes em 31 de março de 2012 (7.363 mil opções em 31 de dezembro de 2011), 753 mil opções (1.214 mil opções em 31 de dezembro de 2011) são exercíveis. As opções exercidas em 2012 não resultaram na emissão de ações (405 mil ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2011) e sim na utilização de 479 mil ações do saldo de ações em tesouraria (45 mil ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2011).

A despesa referente ao valor justo das opções concedidas reconhecida no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2012, de acordo com o prazo transcorrido para aquisição do direito ao exercício das opções, foi de R\$1.684 e R\$3.419 na controladora e no consolidado, respectivamente (R\$875 e R\$1.874, respectivamente, na controladora e no consolidado em 31 de março de 2011).

As opções de compra de ações em circulação no fim do exercício têm as seguintes datas de vencimento e preços de exercício:

Em 31 de março de 2012

<u>Data da outorga</u>	<u>Preço de exercício - R\$</u>	<u>Opções existentes</u>	<u>Vida remanescente contratual (anos)</u>	<u>Opções exercíveis</u>
24 de abril de 2007	30,70	359.681	1,08	359.681
22 de abril de 2008	23,84	787.141	2,09	393.571
22 de abril de 2009	26,00	2.249.793	5,13	-
19 de março de 2010	38,15	1.899.914	6,05	-
21 de março de 2011	44,52	<u>1.470.940</u>	7,06	-
		<u>6.767.469</u>		<u>753.252</u>

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

Em 31 de dezembro de 2011

<u>Data da outorga</u>	<u>Preço de exercício - R\$</u>	<u>Opções existentes</u>	<u>Vida remanescente contratual (anos)</u>	<u>Opções exercíveis</u>
29 de março de 2006	31,97	319.317	0,21	319.317
24 de abril de 2007	30,24	470.274	1,33	470.274
22 de abril de 2008	23,48	848.250	2,34	424.125
22 de abril de 2009	25,61	2.249.793	5,39	-
19 de março de 2010	37,58	2.004.244	6,31	-
21 de março de 2011	43,85	<u>1.470.940</u>	7,31	-
		<u>7.362.818</u>		<u>1.213.716</u>

Em 31 de março de 2012, o preço de mercado era de R\$39,70 (R\$36,26 em 31 de dezembro de 2011) por ação.

As opções foram mensuradas ao valor justo na data da outorga com base na norma IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações. A média ponderada do valor justo das opções em 31 de março de 2012 era de R\$33,44.

23.2. Plano de previdência complementar

A Sociedade e suas controladas patrocinam dois planos de benefícios a colaboradores, sendo um de complementação de benefícios de aposentadoria, por intermédio de um plano de previdência complementar administrado pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A., e um de extensão de assistência médica para ex-funcionários aposentados.

O plano de previdência complementar é estabelecido na forma de “contribuição definida”, criado em 1º de agosto de 2004 e elegível para todos os colaboradores admitidos a partir daquela data. Nos termos do regulamento desse plano, o custeio é paritário, de modo que a parcela da Sociedade equivale a 60% daquela efetuada pelo colaborador de acordo com uma escala de contribuição embasada em faixas salariais, que variam de 1% a 5% da remuneração do colaborador aposentado.

Em 31 de março de 2012, não existiam passivos atuariais em nome da Sociedade e de suas controladas decorrentes do plano de previdência complementar.

As contribuições realizadas pela Sociedade e por suas controladas totalizaram R\$790 na controladora e R\$1.231 no consolidado, no trimestre findo em 31 de março de 2012 (R\$588 na controladora e R\$1.035 no consolidado em 31 de março de 2011), as quais foram registradas como despesa do período.

Notas Explicativas

A.

24. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>
Receitas financeiras:				
Juros com aplicações financeiras	4.970	8.705	10.980	19.304
Ganhos com variações monetárias e cambiais (a)	10.032	4.595	11.395	5.318
Ganhos com operações de “swap” e “forward”	7.839	273	7.819	452
Outras receitas financeiras	<u>4.150</u>	<u>3.117</u>	<u>4.979</u>	<u>6.346</u>
	<u>26.991</u>	<u>16.690</u>	<u>35.173</u>	<u>31.420</u>
Despesas financeiras:				
Juros com financiamentos	(15.798)	(12.131)	(20.537)	(16.771)
Perdas com variações monetárias e cambiais (a)	-	(17)	(464)	(1.372)
Perdas com operações de “swap” e “forward”	(24.474)	(5.864)	(24.623)	(8.354)
Ganhos (perdas) no ajuste a valor de mercado de derivativos “swap” e “forward”	4.885	(132)	4.864	(532)
Outras despesas financeiras	<u>(5.860)</u>	<u>(8.666)</u>	<u>(9.628)</u>	<u>(14.587)</u>
	<u>(41.247)</u>	<u>(26.810)</u>	<u>(50.388)</u>	<u>(41.616)</u>
Receitas (despesas) financeiras	<u>(14.256)</u>	<u>(10.120)</u>	<u>(15.215)</u>	<u>(10.196)</u>

As aberturas a seguir têm o objetivo de explicar melhor os resultados das operações de proteção cambial contratadas pela Sociedade, bem como as respectivas contrapartidas registradas no resultado financeiro demonstrado no quadro anterior:

	Consolidado	
	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>
(a)		
Ganhos com variações monetárias e cambiais	11.395	5.318
Perdas com variações monetárias e cambiais	<u>(464)</u>	<u>(1.372)</u>
	<u>10.931</u>	<u>3.946</u>
(a) Abertura		
Variações cambiais dos empréstimos e financiamentos	9.861	5.200
Variações monetárias dos financiamentos	(2)	(19)
Variações cambiais das importações	344	119
Variações cambiais das contas a pagar nas controladas no exterior	1.190	(362)
Varição cambial dos recebíveis de exportação	<u>(462)</u>	<u>(992)</u>
	<u>10.931</u>	<u>3.946</u>

25. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>
Resultado na venda de imobilizado	439	409	391	596

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

Créditos tributários de PIS e COFINS (*)	-	11.887	-	16.852
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>550</u>	<u>(1.119)</u>	<u>(2.455)</u>	<u>(3.650)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>989</u>	<u>11.177</u>	<u>(2.064)</u>	<u>13.798</u>

(*) O saldo demonstrado inclui os créditos tributários reconhecidos de PIS e COFINS, oriundos de ganho de processo judicial que questionava a inconstitucionalidade e ilegalidade da majoração da base de cálculo das contribuições citadas, instituídas pela Lei nº 9.718/98. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 17 (a) (ativos contingentes).

26. LUCRO POR AÇÃO**26.1. Básico**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Sociedade	151.489	150.517
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	<u>431.239.264</u>	<u>430.916.942</u>
Média ponderada das ações em tesouraria	<u>(2.891.440)</u>	<u>(655)</u>
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	<u>428.347.824</u>	<u>430.916.287</u>
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,3537</u>	<u>0,3493</u>

26.2. Diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Sociedade tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: as opções de compra de ações.

	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Sociedade	151.489	150.517
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	<u>428.347.824</u>	<u>430.916.287</u>
Ajuste por opções de compra de ações	<u>1.091.357</u>	<u>1.718.877</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação	<u>429.439.181</u>	<u>432.635.164</u>
Lucro diluído por ação - R\$	<u>0,3528</u>	<u>0,3479</u>

Notas Explicativas**27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****27.1. Saldos e transações com partes relacionadas**

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	<u>Controladora</u>	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Ativo circulante:		
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. (a)	8.612	12.531
Natura Logística e Serviços Ltda. (b)	21.102	20.809
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. (c)	<u>1.876</u>	<u>4.568</u>
	<u>31.590</u>	<u>37.908</u>
Passivo circulante:		
Fornecedores:		
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. (c)	177.310	163.146
Natura Logística e Serviços Ltda. (d)	111.284	114.737
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. (e)	<u>19.265</u>	<u>15.141</u>
	<u>307.859</u>	<u>293.024</u>
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	<u>491.168</u>	<u>217</u>

As transações efetuadas com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	<u>Controladora</u>			
	<u>Venda de produtos</u>		<u>Compra de produtos</u>	
	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	695.583	717.775	-	-
Natura Cosméticos S.A. - Brasil	-	-	650.444	680.575
Natura Cosméticos S.A. - Peru	-	-	8.642	8.005
Natura Cosméticos S.A. - Argentina	-	-	7.913	9.065
Natura Cosméticos S.A. - Chile	-	-	11.178	8.329
Natura Cosméticos S.A. - México	-	-	11.836	6.537
Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia	-	-	4.095	3.483
Natura Europa SAS - França	-	-	1.451	1.764
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	-	-	13	2
Natura Logística e Serviços Ltda.	-	-	<u>11</u>	<u>15</u>
	<u>695.583</u>	<u>717.775</u>	<u>695.583</u>	<u>717.775</u>

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

	Venda de serviços		Contratação de serviços	
	03/2012	03/2011	03/2012	03/2011
Estrutura administrativa: (f)				
Natura Logística e Serviços Ltda.	54.756	112.265	-	-
Natura Cosméticos S.A. - Brasil	-	-	43.148	83.937
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	-	-	7.373	17.562
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	-	-	4.235	10.766
	<u>54.756</u>	<u>112.265</u>	<u>54.756</u>	<u>112.265</u>
Pesquisa e desenvolvimento de produtos e tecnologias: (g)				
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	52.743	58.068	-	-
Natura Cosméticos S.A. - Brasil	-	-	52.743	58.068
	<u>52.743</u>	<u>58.068</u>	<u>52.743</u>	<u>58.068</u>
Pesquisas e testes "in vitro": (h)				
Natura Innovation et Technologie de Produits SAS - França	603	666	-	-
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	-	-	603	666
	<u>603</u>	<u>666</u>	<u>603</u>	<u>666</u>
Locação de imóveis e encargos comuns: (i)				
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	1.873	1.739	-	-
Natura Logística e Serviços Ltda.	-	-	1.085	1.008
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	-	-	436	405
Natura Cosméticos S.A. - Brasil	-	-	352	326
	<u>1.873</u>	<u>1.739</u>	<u>1.873</u>	<u>1.739</u>
Total da venda ou compra de produtos e serviços	<u>805.558</u>	<u>890.513</u>	<u>805.558</u>	<u>890.513</u>

- (a) Adiantamentos concedidos para a prestação de serviços de desenvolvimento de produtos e tecnologias e pesquisa de mercado.
- (b) Adiantamentos concedidos para a prestação de serviços de logística e administrativos em geral.
- (c) Valores a pagar pela compra de produtos.
- (d) Contas a pagar pela prestação dos serviços descritos no item (f).
- (e) Contas a pagar pela prestação dos serviços descritos no item (g).

Notas Explicativas

- (f) Prestação de serviços logísticos e administrativos em geral.
- (g) Prestação de serviços de desenvolvimento de produtos e tecnologias e pesquisa de mercado.
- (h) Prestação de serviços de pesquisas e testes “in vitro”.
- (i) Locação de parte do complexo industrial situado no município de Cajamar - SP e de prédios localizados no município de Itapeberica da Serra - SP.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, bem como as transações que influenciaram os resultados do trimestre e exercício findos naquelas datas, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Sociedade e suas controladas.

Devido ao modelo das operações mantido pela Sociedade e por suas controladas, bem como ao formato do canal de distribuição dos produtos, a qual é efetuada por meio de vendas diretas por Consultores(as) Natura, parte substancial das vendas da controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. é realizada para a controladora Natura Cosméticos S.A. no Brasil e para as suas controladas no exterior.

As vendas para partes não relacionadas totalizaram R\$1.847 no trimestre findo em 31 de março de 2012 (R\$846 em 31 de março de 2011).

Sobre os saldos a receber entre as empresas Natura em 31 de março de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 não há provisão registrada para créditos de liquidação duvidosa, devido à ausência de títulos em atraso com risco de realização.

Conforme detalhes mencionados na nota explicativa nº 14, tem sido prática entre as empresas Natura conceder entre si avais e garantias para suportar operações de empréstimos e financiamentos bancários.

27.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total do pessoal-chave da Administração da Sociedade está assim composta:

	03/2012			03/2011		
	Remuneração			Remuneração		
	Fixa	Variável (*)	Total	Fixa	Variável (*)	Total
Conselho de Administração	938	391	1.329	698	289	987
Diretores estatutários	<u>1.607</u>	<u>1.042</u>	<u>2.649</u>	<u>1.330</u>	<u>905</u>	<u>2.235</u>
	<u>2.545</u>	<u>1.433</u>	<u>3.978</u>	<u>2.028</u>	<u>1.194</u>	<u>3.222</u>
Diretores não estatutários	<u>6.849</u>	<u>3.637</u>	<u>10.486</u>	<u>7.635</u>	<u>5.547</u>	<u>13.182</u>

(*) Refere-se à participação nos resultados a serem apurados no exercício. Os valores contemplam eventuais complementos e/ou reversões à provisão efetuada no exercício anterior, em virtude da apuração final das metas estabelecidas aos conselheiros e diretores, estatutários e não estatutários.

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

27.3. Ganhos baseados em ações

Os ganhos de executivos da Sociedade estão assim compostos:

	03/2012		03/2011	
	Outorga de opções		Outorga de opções	
	Saldo das opções (quantidade) (a)	Preço médio de exercício - R\$ (b)	Saldo das opções (quantidade) (a)	Preço médio de exercício - R\$ (b)
Diretores estatutários	<u>1.607.390</u>	<u>33,43</u>	<u>1.692.247</u>	<u>31,62</u>
Diretores não estatutários	<u>2.886.030</u>	<u>33,43</u>	<u>3.581.255</u>	<u>31,62</u>

(a) Refere-se ao saldo das opções maduras (“vested”) e não maduras (“nonvested”), não exercidas, nas datas dos balanços.

(b) Refere-se ao preço médio ponderado de exercício da opção à época dos planos de outorga, atualizado pela variação da inflação apurada pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA, até as datas dos balanços.

28. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

28.1. Contratos de fornecimento de insumos

A controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. possui compromisso decorrente de contrato de fornecimento de energia elétrica para suprimento de suas atividades de manufatura, vigente até 2015, devendo ser adquirido o volume mínimo mensal de 3,6 Megawatts, equivalente a R\$363. Em 31 de março de 2012, a controlada estava adimplente com o compromisso desse contrato.

Os valores estão demonstrados por meio das estimativas de consumo de energia de acordo com o prazo de vigência do contrato, cujos preços estão baseados nos volumes, também estimados, resultantes das operações contínuas da controlada.

Os pagamentos totais mínimos de fornecimento, mensurados a valor nominal, segundo o contrato, são:

	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Menos de um ano	2.988	3.983
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>9.842</u>	<u>9.842</u>
	<u>12.830</u>	<u>13.825</u>

28.2. Obrigações por arrendamentos operacionais

A Sociedade e suas controladas mantêm compromissos decorrentes de contratos de arrendamentos operacionais de imóveis onde estão localizadas algumas de suas

Notas Explicativas

controladas no exterior, bem como a sua sede administrativa no Brasil, e imóveis onde se localizam as “Casas Natura” no Brasil e no exterior.

Os contratos têm prazos de arrendamento entre um e dez anos e não possuem cláusula de opção de compra no respectivo término, porém permitem renovações tempestivas de acordo com as condições de mercado em que eles são celebrados, sendo em média de dois anos.

Em 31 de março de 2012, o compromisso assumido com as contraprestações futuras desses arrendamentos operacionais possuía os seguintes prazos para pagamento:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2012	913	4.508
2013	1.119	4.940
2014 em diante	<u>2.687</u>	<u>6.618</u>
	<u>4.719</u>	<u>16.066</u>

29. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de março de 2012, é assim demonstrada:

<u>Item</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>
Complexo industrial/ estoques	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	916.659
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 1.126 veículos	52.552
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais em instalações, edificações e máquinas e equipamentos de produção	1.615.685

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Sociedade emitiu notas promissórias comerciais, no valor total de R\$400.000, série única, sem garantia, bem como sem “covenants” financeiros, com valor nominal unitário de R\$2.000, segundo a Instrução CVM nº 476/09, emitidas em 13 de abril de 2012 e subscritas e integralizadas em 13 de abril de 2012, com pagamento de juros mensais, com vencimento de principal em 10 de outubro de 2012. Estas notas promissórias serão remuneradas em 103,75% do CDI.

31. APROVAÇÃO PARA EMISSÃO DAS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

As presentes informações intermediárias individuais e consolidadas da Sociedade foram aprovadas para publicação pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de abril de 2012.

2011-2000

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**1) COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA****NATURA COSMÉTICOS S.A.****1. Composição Acionária – Base 31/03/12**

	ACIONISTAS	AÇÕES ON	PORCENTAGEM %
1	Antonio Luiz da Cunha Seabra	3.628.920	0,8415%
2	Guilherme Peirão Leal	3.462.917	0,8030%
3	Pedro Luiz Barreiros Passos	855.038	0,1983%
4	Anízio Pinotti	854.160	0,1981%
5	Ronuel Macedo de Mattos	602.081	0,1396%
6	Lisis Participações S.A.	95.946.968	22,2491%
7	Utopia Participações S.A.	91.557.964	21,2314%
8	Passos Participações S.A.	22.606.809	5,2423%
9	ANP Participações S.A.	22.583.608	5,2369%
10	RM Futura Participações S.A.	15.918.754	3,6914%
	TOTAL ACIONISTAS CONTROLADORES (A)	258.017.219	59,8316%
	AÇÕES EM TESOURARIA B	2.545.860	0,5904%
	AÇÕES EM CIRCULAÇÃO C	168.289.648	39,0247%
	TOTAL GERAL A + B + C + D	431.239.264	100,0000%

	AÇÕES DOS ADMINISTRADORES	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL %
A	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	34.401	0,0080%
B	DIRETORIA	2.352.136	0,5454%
C	TOTAL DE AÇÕES DOS ADMINISTRADORES D (A + B)	2.386.537	0,5534%

- NO GRUPO "AÇÕES DOS ADMINISTRADORES" ENCONTRAM-SE TODOS OS ESTATUTÁRIOS DA NATURA COSMÉTICOS S.A.;
- AS AÇÕES DOS ADMINISTRADORES QUE SÃO CONTROLADORES, SRS. ANTONIO LUIZ DA CUNHA SEABRA, GUILHERME PEIRÃO LEAL, PEDRO LUIZ BARREIROS PASSOS ESTÃO INCLUÍDAS NO GRUPO "ACIONISTAS CONTROLADORES";
- O CONSELHO FISCAL NÃO ESTÁ INSTALADO;
- O CONCEITO DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO ESTÁ DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ART. 4º, § 2º, DA LEI 6.404/76.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

LISIS PARTICIPAÇÕES S.A.		
CNPJ/MF n.º 05.561.628/0001-80		
ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL
Antonio Luiz da Cunha Seabra CPF/MF n.º 332.927.288-00	19.012.949	100%
Lucia Helena Rios Seabra CPF/MF n.º 055.336.688-29	10	-
TOTAL	19.012.959	100%

UTOPIA PARTICIPAÇÕES S.A.		
CNPJ/MF n.º 04.819.657/0001-36		
ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL
Guilherme Peirão Leal CPF/MF n.º 383.599.108-63	5.716.131	48,8%
Felipe Pedroso Leal CPF/MF n.º 252.495.598-24	3.003.840	25,6%
Ricardo Pedroso Leal CPF/MF n.º 269.535.658-70	3.003.840	25,6%
TOTAL	11.723.811	100%

ANP PARTICIPAÇÕES S.A.		
CNPJ/MF n.º 05.490.717/0001-82		
ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL
Anízio Pinotti CPF/MF n.º 062.244.238-49	4.503.903	99,99%
Norma Regina Pinotti CPF/MF n.º 187.890.098-60	365	0,01%
Vinicius Pinotti CPF/MF n.º 272.056.278-50	100	-
Fabircius Pinotti CPF/MF n.º 290.883.888-57	100	-
TOTAL	4.504.468	100%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

PASSOS PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ/MF n.º 05.561.635/0001-81		
ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL
Pedro Luiz Barreiros Passos CPF/MF n.º 672.924.618-91	5.116.906	99,99%
Márcia Regina Ruggiero Passos CPF/MF n.º 766.032.888-34	365	0,01%
Guilherme Ruggiero Passos CPF/MF n.º 219.929.778-01	1	-
Patrícia Ruggiero Passos CPF/MF n.º 220.814.928-90	1	-
TOTAL	5.117.273	100%

RM FUTURA PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ/MF n.º 05.490.725/0001-29		
ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL
Ronuel Macedo de Mattos CPF/MF n.º 553.144.148-72	3.155.707	99,99%
Maria Heli Dalla Colleta de Mattos CPF/MF n.º 436.825.888-68	365	0,01%
Gustavo Dalla Colletta de Mattos CPF/MF n.º 196.793.638-21	1	-
Fabio Dalla Colletta de Mattos CPF/MF n.º 184.090.138-19	1	-
TOTAL	3.156.074	100%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**NATURA COSMÉTICOS S.A.****2. Composição Acionária – Base 31/03/11**

	ACIONISTAS	AÇÕES ON	PORCENTAGEM %
1	Antonio Luiz da Cunha Seabra	3.628.920	0,8419%
2	Guilherme Peirão Leal	3.462.917	0,8034%
3	Pedro Luiz Barreiros Passos	855.038	0,1984%
4	Anízio Pinotti	854.160	0,1982%
5	Ronuel Macedo de Mattos	602.081	0,1397%
6	Lisis Participações S.A.	95.946.968	22,2597%
7	Utopia Participações S.A.	91.557.964	21,2414%
8	Passos Participações S.A.	22.606.809	5,2448%
9	ANP Participações S.A.	22.583.608	5,2394%
10	RM Futura Participações S.A.	15.918.754	3,6931%
	TOTAL ACIONISTAS CONTROLADORES (A)	258.017.219	59,8600%
	AÇÕES EM TESOURARIA B	655	0,0002%
	AÇÕES EM CIRCULAÇÃO C	170.544.968	39,5664%
	TOTAL GERAL A + B + C + D	431.034.646	100,0000%

	AÇÕES DOS ADMINISTRADORES	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL %
A	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	120.135	0,0279%
B	DIRETORIA	2.351.669	0,5456%
C	TOTAL DE AÇÕES DOS ADMINISTRADORES D (A + B)	2.471.804	0,5735%

- NO GRUPO "AÇÕES DOS ADMINISTRADORES" ENCONTRAM-SE TODOS OS ESTATUTÁRIOS DA NATURA COSMÉTICOS S.A.;
- AS AÇÕES DOS ADMINISTRADORES QUE SÃO CONTROLADORES, SRS. ANTONIO LUIZ DA CUNHA SEABRA, GUILHERME PEIRÃO LEAL, PEDRO LUIZ BARREIROS PASSOS ESTÃO INCLUÍDAS NO GRUPO "ACIONISTAS CONTROLADORES";
- O CONSELHO FISCAL NÃO ESTÁ INSTALADO;
- O CONCEITO DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO ESTÁ DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ART. 4º, § 2º, DA LEI 6.404/76.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

LISIS PARTICIPAÇÕES S.A.		
CNPJ/MF n.º 05.561.628/0001-80		
ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL
Antonio Luiz da Cunha Seabra CPF/MF n.º 332.927.288-00	19.012.949	100%
Lucia Helena Rios Seabra CPF/MF n.º 055.336.688-29	10	-
TOTAL	19.012.959	100%

UTOPIA PARTICIPAÇÕES S.A.		
CNPJ/MF n.º 04.819.657/0001-36		
ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL
Guilherme Peirão Leal CPF/MF n.º 383.599.108-63	5.716.131	48,8%
Felipe Pedroso Leal CPF/MF n.º 252.495.598-24	3.003.840	25,6%
Ricardo Pedroso Leal CPF/MF n.º 269.535.658-70	3.003.840	25,6%
TOTAL	11.723.811	100%

ANP PARTICIPAÇÕES S.A.		
CNPJ/MF n.º 05.490.717/0001-82		
ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL
Anízio Pinotti CPF/MF n.º 062.244.238-49	4.503.903	99,99%
Norma Regina Pinotti CPF/MF n.º 187.890.098-60	365	0,01%
Vinicius Pinotti CPF/MF n.º 272.056.278-50	100	-
Fabircius Pinotti CPF/MF n.º 290.883.888-57	100	-
TOTAL	4.504.468	100%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

PASSOS PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ/MF n.º 05.561.635/0001-81		
ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL
Pedro Luiz Barreiros Passos CPF/MF n.º 672.924.618-91	5.116.906	99,99%
Márcia Regina Ruggiero Passos CPF/MF n.º 766.032.888-34	365	0,01%
Guilherme Ruggiero Passos CPF/MF n.º 219.929.778-01	1	-
Patrícia Ruggiero Passos CPF/MF n.º 220.814.928-90	1	-
TOTAL	5.117.273	100%

RM FUTURA PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ/MF n.º 05.490.725/0001-29		
ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL
Ronuel Macedo de Mattos CPF/MF n.º 553.144.148-72	3.155.707	99,99%
Maria Heli Dalla Colleta de Mattos CPF/MF n.º 436.825.888-68	365	0,01%
Gustavo Dalla Colletta de Mattos CPF/MF n.º 196.793.638-21	1	-
Fabio Dalla Colletta de Mattos CPF/MF n.º 184.090.138-19	1	-
TOTAL	3.156.074	100%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

2) ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM

A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei n.º 6.404/76, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

3) RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº381/03, informamos que os auditores independentes da companhia, ERNST & YOUNG TERCO, não prestaram durante o trimestre findo em 31 de março de 2012 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

A política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre revisão das informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Natura Cosméticos S.A.
Itapecerica da Serra - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Natura Cosméticos S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas. A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As informações contábeis individuais e consolidadas, contidas nas informações trimestrais, relativas ao balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2011 e demonstração de resultado, resultado abrangente, dos fluxos de caixa, das mutações do patrimônio líquido e dos valores adicionados do trimestre findo em 31 de março de 2011, apresentados para fins de comparação, foram auditadas e revisadas, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram parecer de auditoria datado de 15 de fevereiro de 2012, e relatório de revisão datado de 27 de abril de 2011, sem ressalvas.

São Paulo, 25 de abril de 2012

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti
Contador CRC 1SP144343/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Natura Cosméticos S.A.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012.

São Paulo, 25 de abril de 2012.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Natura Cosméticos S.A.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012.

São Paulo, 25 de abril de 2012.